ISSN 1518-3548

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Unemployment Insurance, Strategic Unemployment, and Firm-Worker Collusion

Bernardus Van Doornik, David Schoenherr and Janis Skrastins

September 2018

Working Papers

483

ISSN 1518-3548
CGC 00.038.166/0001-05

Working Paper Series	Brasília	no. 483	September	2018	p. 1-69

Working Paper Series

Edited by the Research Department (Depep) – E-mail: workingpaper@bcb.gov.br

Editor: Francisco Marcos Rodrigues Figueiredo – E-mail: francisco-marcos.figueiredo@bcb.gov.br

Co-editor: José Valentim Machado Vicente – E-mail: jose.valentim@bcb.gov.br

Head of the Research Department: André Minella – E-mail: andre.minella@bcb.gov.br

The Banco Central do Brasil Working Papers are all evaluated in double-blind refereeing process.

Authorized by Carlos Viana de Carvalho, Deputy Governor for Economic Policy.

General Control of Publications

Banco Central do Brasil
Comun/Divip
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF – Brazil
Phones: +55 (61) 3414-3710 and 3414-3565
Fax: +55 (61) 3414-1898
E-mail: identidadevisual.comun@bcb.gov.br

Citizen Service Division

Banco Central do Brasil
Deati/Diate
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF – Brazil
Toll Free: 0800 9792345
Fax: +55 (61) 3414-2553
Internet: http//www.bcb.gov.br/?CONTACTUS

Non-technical Summary

Experiencing negative shocks to labor income is one of the most salient risks faced by households. To allay the adverse effects of job loss on household incomes, government-mandated unemployment insurance (UI) programs have been in place in developed countries for decades, and are increasingly implemented in mid-income and developing countries. Compared to the large literature on the adverse incentive effects of UI on labor supply in developed countries, we understand relatively little about how labor market characteristics in mid-income and developing countries, for example the presence of large informal labor markets, interact with the incentive effects of UI. Understanding how features of UI design affect workers' and firms' incentives in mid-income and developing countries has important policy implications, especially given the spread of unemployment insurance programs to such countries.

Exploiting a sudden and unanticipated UI reform in Brazil in 2015, we find evidence that firms and workers collude to time formal unemployment inflow and outflow to coincide with workers' eligibility for UI benefits. Twelve percent of formal unemployment inflow at the eligibility threshold is due to workers' eligibility for UI benefits. Firms lay off workers when they become eligible for benefits and rehire them just when benefits run out. Survey evidence suggests that firms employ workers informally while they receive UI benefits and rehire them formally when their benefits cease. Firms seem to benefit from colluding with workers to time unemployment spells to coincide with UI benefits eligibility through lower equilibrium wages. These patterns occur primarily in industries and municipalities with a high degree of labor market informality.

Our back of the envelope calculations suggest that strategic unemployment costs 3.44bn BRL or 0.063 percent of GDP in Brazil in 2014. Several parameters of the UI system may reduce strategic unemployment inflow and firm-worker collusion. Our results show that strategic unemployment inflow and collusion are more prevalent when rents that can be extracted from the UI system are larger. These rents can be reduced by lowering total UI payments, for example, by reducing the level and duration of benefits payments. Requiring longer formal employment to qualify for UI benefits decreases the value of total benefits relative to the costs of establishing eligibility for UI benefits through formal employment. More nuanced tweaks to the UI system may include measures such as reducing UI benefits payments for repeated temporary layoffs that directly target the patterns emerging from firm-worker collusion. Additionally, higher experience rating that increases firms' layoff costs, similar to the U.S. system, reduces the potential rents. Finally, better monitoring of informal labor markets or higher penalties for informal employment may also discourage firms to employ workers informally while they are on UI benefits.

Sumário Não Técnico

Choques negativos na renda do trabalho, como perda de poder real dos salários e desemprego, estão entre os riscos mais salientes enfrentados pelas famílias. Para aliviar os efeitos adversos da perda de emprego sobre a renda familiar, os programas de seguro desemprego (SD) exigidos pelo governo vigoram nos países desenvolvidos há décadas, e são cada vez mais implementados em países de renda média e em desenvolvimento. Em comparação com a extensa literatura sobre os efeitos de incentivo adversos do SD na oferta de trabalho nos países desenvolvidos, entendemos relativamente pouco sobre como as características do mercado de trabalho nos países de renda média e em desenvolvimento, por exemplo como a presença de grandes mercados de trabalho informais interagem com os efeitos de incentivos dos trabalhadores e empregadores. A compreensão de como as características de uma política de SD afetam os incentivos dos trabalhadores e das empresas em países de renda média e em desenvolvimento tem importantes implicações políticas, especialmente devido à disseminação de programas de seguro-desemprego para esses países.

Explorando uma súbita e imprevista reforma do SD no Brasil em 2015, encontramos fortes evidências de que a entrada e saída de emprego com carteira assinada são programadas para coincidir com a elegibilidade dos trabalhadores aos benefícios do programa. Doze por cento da saída de empregos formais - no limiar dos critérios de elegibilidade - deve-se à elegibilidade dos trabalhadores aos benefícios do SD. As empresas demitem trabalhadores quando estes se tornam elegíveis para benefícios e os recontratam quando os benefícios de SD se esgotam. As evidências da pesquisa sugerem que as empresas empregam trabalhadores informalmente enquanto estes recebem benefícios do SD e os recontratam formalmente quando os benefícios cessam. As empresas parecem se beneficiar do conluio com os trabalhadores compensando os períodos de desemprego para coincidir com a elegibilidade dos benefícios do SD por meio de salários de equilíbrio mais baixos. Esses padrões ocorrem principalmente em indústrias e municípios com alto grau de informalidade no mercado de trabalho.

Nossos cálculos sugerem que o desemprego estratégico custa 3,44 bilhões de reais ou 0,063% do PIB brasileiro em 2014. Vários parâmetros do sistema de SD podem reduzir o fluxo de desemprego estratégico e o conluio entre trabalhadores e empresas. Nossos resultados mostram que o fluxo estratégico de desemprego e o conluio são mais predominantes quando as rendas que podem ser extraídas do sistema são maiores. Estas rendas podem ser reduzidas ao se diminuir os pagamentos totais de SD, por exemplo, reduzindo-se assim o nível e a duração dos pagamentos de benefícios. Exigir um emprego formal mais longo para se qualificar para benefícios do SD diminui o valor do total de benefícios relativos aos custos de estabelecer a elegibilidade para benefícios do SD por meio de emprego formal. Ajustes mais sutis para o sistema de seguro desemprego podem incluir medidas como a redução dos pagamentos de benefícios do SD por demissões temporárias repetidas que visam diretamente os padrões emergentes do conluio firma-trabalhador. Além disso, maior taxação baseada na experiência, que aumenta os custos de demissão das empresas, semelhante ao sistema americano, reduz as rendas em potencial. Finalmente, um melhor monitoramento dos mercados de trabalho informais ou penalidades mais altas para o emprego informal também podem desencorajar as empresas a empregar trabalhadores informalmente enquanto estiverem sob os benefícios do SD.

Unemployment Insurance, Strategic Unemployment, and Firm-Worker Collusion *

Bernardus Van Doornik†
David Schoenherr‡
Janis Skrastins§

Abstract

Recent years have seen a spread of unemployment insurance (UI) programs to mid-income and developing countries. Yet little is known about how labor market characteristics in these countries, for example large informal labor markets, interact with the incentive effects of UI. In this paper, we show that firms and workers collude to extract rents from the UI system in the presence of large informal labor markets. Exploiting a discontinuous effect of an unemployment insurance reform in Brazil, we document layoff and rehiring patterns consistent with collusion between firms and workers to extract rents from the UI system. Firms and workers time formal unemployment spells to coincide with workers' eligibility for UI benefits. Survey evidence suggests that firms employ workers informally while they are eligible for UI benefits and rehire them when benefits end. Combined with a lower probability of hiring replacement workers when laying off workers eligible for UI benefits, this suggests that firms employ workers informally while they are on benefits. Firms and workers share the rents extracted from the UI system through lower equilibrium wages. All the observed patterns are mostly driven by industries and municipalities with large informal labor markets. Our findings thus suggest that optimal UI design in mid-income and developing countries needs to take into account adverse incentive effects generated by collusion between firms and workers in the presence of informal labor markets.

JEL Codes: J21, J22, J46, J65, K31.
Keywords: unemployment insurance, labor supply, collusion, law and economics.

*We thank Orley Ashenfelter, Michael Best, Will Dobbie, Henry Faber, Maryam Farboodi, Dimas Fazio, Gustavo Gonzaga, Gregor Jarosch, Ilyana Kuziemko, Camille Landais, Mina Lee, Alexandre Mas, Adrien Matray, Jean-Marie Meier, Atif Mian, Andrew Samwick, Bernado Silveira, Jan Starmans, Adam Szeidl, Motohiro Yogo, and seminar participants at the Banco Central do Brasil, the Bank of Latvia, Central European University, the Chilean Banking Authority, IPEA Brazil, Northwestern University, Princeton University, PUC Rio, SSE Riga, Syracuse University, the University of Chile, Washington University in St. Louis, the 2017 BCB Annual Inflation Targeting Seminar, the 2017 Asian, European, Latin American, and North American Meetings of the Econometric Society, the 2017 Boulder Summer Conference, the 2018 Meeting of the Econometric Society, the 2017 German Economists Abroad Meeting, the 2017 Fall Meeting of the Labor and Finance Group, the 2018 NBER Summer Institute Labor Studies and Public Economics Meetings, the 2017 Northeastern Finance Conference, and the 2017 Annual Conference of the SOLE for their many helpful comments and suggestions. Karine Paiva provided excellent research assistance.

†Banco Central do Brasil, Setor Bancario Sul Q.3 BL B Asa Sul, Brasilia DF 70074, bernardus.doornik@bcb.gov.br

‡Princeton University, 206B Julis R. Rabinowitz Building, Princeton NJ 08544, schoenherr@princeton.edu

§Washington University in St. Louis, One Brookings Drive, St. Louis MO 63130, jskrastins@wustl.edu

1 Introduction

Experiencing negative shocks to labor income is one of the most salient risks faced by households (Rothstein and Valletta 2017). To allay the adverse effects of job loss on household incomes, government-mandated unemployment insurance (UI) programs have been in place in developed countries for decades, and are increasingly implemented in mid-income and developing countries. Compared to the large literature on the adverse incentive effects of UI on labor supply in developed countries,[1] we understand relatively little about how labor market characteristics in mid-income and developing countries, for example the presence of large informal labor markets, interact with the incentive effects of UI. Understanding how features of UI design affect workers' and firms' incentives in mid-income and developing countries has important policy implications, especially given the spread of unemployment insurance programs to such countries (Holzmann et al. 2011; ILO 2017).

In this paper, we exploit a sudden and unanticipated UI reform in Brazil in 2015, to explore novel unemployment inflow and outflow patterns generated by UI in labor markets with high degrees of informality. As a heterogenous mid-income country with ample cross-sectional variation in labor market characteristics, Brazil constitutes an ideal laboratory for our empirical analysis. We find evidence that firms and workers collude to time formal unemployment inflow and outflow to coincide with workers' eligibility for UI benefits. Firms lay off workers when they become eligible for benefits, and rehire them just when their eligibility for benefits ends. Survey evidence suggests that firms employ workers informally while they receive UI benefits and rehire them formally when their benefits cease. Firms seem to benefit from colluding with workers to time unemployment spells to coincide with UI benefits eligibility through lower equilibrium wages. These patterns occur primarily in industries and municipalities with a high degree of labor market informality.

The UI reform was announced on December 29, 2014 and implemented as a provisional measure on March 1, 2015. The announcement came as a surprise *after* affected workers had entered formal employment, which allows us to examine the effects of UI benefits on layoff intensities free from workers' selection into jobs with different expected employment durations (Green and Riddell 1997). The nature of the reform provides a sharp discontinuity in the loss of eligibility for UI

[1] It is well documented that UI has adverse incentive effects on search intensities for reemployment (Solon 1979; Moffitt 1985; Katz and Meyer 1990a; Meyer 1990, 1995; Card and Levine 2000; Meyer and Mok 2007; Card et al. 2015a; Farber, Rothstein, and Valletta 2015; Johnston and Mas 2015; Landais 2015 for the U.S.,Card, Chetty, and Weber 2007; Lalive 2008; Schmieder, von Wachter, and Bender 2012, 2016; Card et al. 2015b for Western Europe), and there is some evidence of a positive relationship between layoff intensities and workers' eligibility for UI benefits (Christofides and McKenna 1995, 1996; Green and Riddell 1997; Baker and Rea 1998; Green and Sargent 1998; Jurajda 2002; Rebello-Sanz 2012).

benefits. Prior to the reform, workers with an employment history of six consecutive months are eligible for UI benefits. After the reform, workers applying for benefits for the first (second) time require formal employment for 18 (12) months during the previous 24 (16) months to be eligible for benefits. Thus, a subset of workers with tenure between six and 18 (12) months lose eligibility for UI benefits after the reform, whereas workers with tenure below six months are never eligible for benefits. This discontinuity motivates our main identification strategy: a difference-in-differences methodology, in which we compare changes in employment and unemployment patterns before and after the reform for workers with tenure just above and just below the six-month threshold.[2]

We start our analysis by examining how UI affects layoff intensities and reemployment. Our findings indicate that UI eligibility has strong effects on unemployment inflow. Specifically, unemployment inflow drops by 0.5 percentage points (twelve percent) relatively for workers just above the six-month threshold who lose eligibility for UI benefits after the reform. We next assess how this pattern varies across labor markets with different degrees of informality. Informal labor markets provide a unique alternative to formal employment in the light of UI. Workers are able to receive benefits while continuing to be employed informally. We find that higher layoff intensities for workers eligible for UI benefits strongly correlate with the presence of informal labor markets. The drop in unemployment inflow after the reform is significantly stronger for workers in industries and municipalities with large informal labor markets. Specifically, we find that a ten percentage point increase in the share of informal employment in a given industry or municipality corresponds to an about 0.2 percentage point higher inflow into formal unemployment when workers are eligible for benefits.

Higher layoff intensities for individuals who qualify for UI benefits could be driven by several factors. Workers may exert less effort on the job when their outside option is to receive UI benefits. Alternatively, it may be optimal for firms facing labor demand fluctuations to (temporarily) lay off workers on benefits, anticipating that these workers are less likely to search for alternative employment (Katz 1986; Jurajda 2002). Additionally, the theoretical literature provides two rationales for implicit agreements between firms and workers leading to higher layoff intensities when workers are eligible for UI benefits. Models of implicit contracting (Feldstein 1976; Baily 1977) imply that firms may collude with workers to formally lay them off when they are eligible for UI benefits, to extract rents from the UI system, which they can share through lower equilibrium wages. Similarly, Christofides and McKenna (1996) develop a model in which firms are more likely to lay off workers when they are eligible for UI benefits for reputational effects to elicit higher labor supply. While the mechanisms of collusion differ between these models, they imply that firms time unemployment

[2]We provide direct evidence that workers below the six-month threshold who constitute our control group are not affected by the reform during our sample period in Section 3.5.

spells according to workers' eligibility for UI, to extract rents from the system that are shared with firms through lower wages.

To differentiate between these alternative explanations and to assess the presence of strategic behavior on the part of firms, we examine layoff and rehiring patterns consistent with collusion between firms and workers. We observe an extreme form of unemployment timing. Before the reform, workers who are laid off with a tenure of six months, just when they become eligible for UI benefits, are more likely to be rehired by their previous employer precisely when their benefits cease. Exploiting a feature of the pre-reform UI system that a worker is only allowed to apply for UI benefits sixteen months after the last successful application, we find that some firms delay rehiring the same workers until nine to ten months after layoff. This allows the worker to reapply for benefits after another six months of formal employment just when she is eligible to apply for UI benefits again. After the reform, when workers with a tenure of six months lose eligibility for UI benefits, these patterns vanish.

Higher reemployment by the same firm is inconsistent with workers exerting less effort to elicit layoff. The spike in rehiring of a worker by the same firm nine to ten months after layoff is consistent with repeated collusion between firms and workers, whereas temporary layoffs in response to demand fluctuations do not imply higher reemployment rates by the same firm nine to ten months after layoff. The precise timing of unemployment spells according to UI benefits eligibility explains about 20-25 percent of the higher layoff intensities at the eligibility threshold and is more pervasive when the potential rents that workers and firms can extract from the UI system are higher. A ten percentage point increase in the ratio between total benefits payments and the cost of formal employment and layoff leads to an eighteen percent increase in the timing of same worker reemployment to coincide with the end of UI benefits eligibility.[3]

Informal labor markets allow firms to hold on to workers while they are on benefits. We provide indirect evidence that firms employ workers informally while they receive UI benefits. Survey data suggests that before the reform workers with tenure of six months who are eligible for UI benefits are about six percentage points more likely to enter informal employment upon layoff compared to workers with tenure of five months at layoff. Using the number of employees as a proxy, we find suggestive evidence that workers eligible for UI benefits are more likely to work informally for the same firm that laid them off. Additionally, workers seem to be more likely to return to formal employment with the same firm if they were eligible for UI benefits at layoff, compared to workers ineligible for UI benefits at layoff. When workers with tenure of six months at layoff lose

[3]Back of the envelope calculations suggest that the additional UI benefits payments due to strategic formal unemployment amount to 0.06 percent of GDP.

eligibility for UI benefits after the reform, differences in informal employment after layoff disappear compared to workers with tenure of five months at layoff.

For additional indirect evidence of informal employment of workers on UI benefits, we examine changes in the probability of hiring a replacement worker around the reform. When firms lay off a worker, they often hire a new worker as a replacement. However, if firms continue to employ a formally laid off worker informally, they do not need to hire a replacement worker. Consistent with this conjecture, we find that in areas with large informal labor markets, firms are about five percentage points less likely to hire a replacement worker in the same occupation within a month, if the laid off worker is eligible for UI benefits. After the reform, when all workers around the six month threshold are ineligible for UI benefits, differences in hiring replacement workers disappear. This further suggests that firms employ workers informally while they are on UI benefits.

Finally, we examine how firms benefit from timing unemployment spells to coincide with eligibility for UI benefits. Implicit contracting mechanisms (Feldstein 1976; Baily 1977; Christofides and McKenna 1996) predict that firms time workers' unemployment spells to coincide with eligibility for UI benefits, in order to pay lower equilibrium wages. To assess whether this mechanism is present in the data, we exploit the fact that the reform only applies to a subset of workers. While workers with fewer than two successful prior UI benefits applications face tighter eligibility criteria, workers with at least two successful applications are unaffected by the reform. This allows us to examine the effects of UI on labor supply and wages, using workers unaffected by the reform as a natural control group.

On examining changes in wages, we find that newly hired workers who require longer tenure to qualify for UI benefits after the reform experience a 0.5-0.8 percent higher increase in wages.[4] The increase in wages is in line with implicit contracting mechanisms suggesting that workers and firms share rents from the UI system through lower equilibrium wages. Further consistent with this argument, we find that the increase in wages and the decrease in formal employment are significantly greater in areas with a higher share of informal labor markets and areas in which the timing of unemployment spells in accordance with eligibility for UI benefits is more pervasive. A ten percentage point increase in collusive layoff and rehiring patterns at the local industry level is associated with a 1.9 percent higher relative increase in wages for workers affected by the reform. Through this decline in wages, colluding workers pass on about half of their total benefits payments to the firm (see Section 4.5 for details).

Altogether, the empirical evidence in the paper suggests that firms and workers collude to time

[4]Changes in wages are not driven by a change in the composition of hired workers around the reform. We observe the same patterns when comparing hiring wages to the previous wage for the same worker.

formal unemployment spells in accordance with workers' eligibility for UI benefits, and continue to employ some workers informally while they are on benefits. This pattern is more pervasive in industries and municipalities with high degrees of labor market informality. The combined evidence on formal unemployment timing and continued informal employment of workers strongly points to informal labor markets as an important factor in fostering the documented patterns.

We perform several robustness tests to strengthen the validity of our results. First, we control for seasonal patterns by performing the same analysis for the previous year, for which we observe none of the same patterns. Second, we confirm that workers do not substitute to other forms of job separation, such as voluntary departures, after the reform. Third, we show that the results are not affected by potential announcement effects of the reform two months before its implementation. Importantly, we do not find any of the patterns in placebo tests using workers with two or more successful past applications for UI benefits, who are not affected by the reform.

The main trade-off in designing UI systems is to limit disincentive effects while providing workers with insurance against adverse income shocks. By documenting novel incentive effects of UI in the presence of informal labor markets, our findings have important implications for UI design in mid-income and developing countries that have experienced a recent spread of UI programs.[5] The results in this paper suggest that informal labor markets may play an important role in facilitating collusion between workers and firms to extract rents from the UI system, by allowing firms to employ workers informally while they receive UI benefits, which could also explain the low formal reemployment rates in labor markets with high degrees of informality documented by Gerard and Gonzaga (2014). This suggests that traditional models of optimal UI insurance (Baily 1978; Chetty 2006) miss important dimensions in the context of mid-income and developing countries.

The tailoring of unemployment spells to coincide with workers' UI eligibility suggests that in some cases UI does not fulfil an insurance purpose, but rather acts to redistribute income towards firms and workers who learn to play the system. While the theory of second-best (Lipsey and Lancaster 1956) cautions us against making general welfare claims, our results provide direct policy implications for mitigating additional adverse incentive effects in the presence of informal labor markets. Our findings suggest that collusion between firms and workers is more prevalent when workers and firms can extract higher rents from the UI system. The main determinants of rents are eligibility criteria, the duration and level of UI benefits, and layoff costs. These insights suggest

[5]Some recent studies analyze UI programs in middle-income and developing countries (Gasparini, Haimovich, and Olivieri 2009; Gonzalez-Rozada, Ronconi, and Ruffo 2011; Amarante, Arim, and Dean 2013; Gerard and Gonzaga 2014). These papers do not directly examine how differences in labor market informality influence the effects of UI programs, with the exception of Gerard and Gonzaga (2014), who examine the effect of labor market informality on job search intensities.

that a UI system with lower replacement rates and stronger experience rating is less susceptible to exploitation in the context of informal labor markets than a system with more generous benefits payments and lower experience rating. More nuanced policy implications include tweaks to the UI system that prevent repeated temporary layoffs of the same worker by the same firm. Ultimately, the benefits altering the UI system to reduce rents that can be extracted through collusion between firms and workers need to be weighed against decreasing the costs of reducing the insurance effect of UI. With respect to the role of informal labor markets, better monitoring and higher penalties for informal employment may reduce strategic formal unemployment by reducing the expected rents to be extracted from the UI system while maintaining an informal employment relationship.

Our results also relate to the literature on higher layoff intensities.[6] Existing empirical studies provide mixed insights regarding the effects of different aspects of UI design on layoff intensities. Anderson and Meyer (1997b) find that, in contrast to duration, benefit levels have a strong impact on UI take-up. Winter-Ebmer (2003) documents that unemployment inflow is higher when benefits duration is extended. Jurajda (2002) finds that higher benefits levels have no effect on layoff intensities. More recent studies find no or very weak evidence of unemployment inflow timing with respect to UI eligibility (Card, Chetty, and Weber 2007; Schmieder, von Wachter, and Bender 2012). We find evidence that layoff intensities increase when workers become eligible for UI benefits. Additionally, layoff intensities are higher when total benefits are high relative to formal employment and layoff costs. Together, this suggests that layoffs are timed strategically with eligibility for UI benefits, to extract rents from the system. Furthermore, our results suggest that informal labor markets play an important role in generating higher layoff intensities for workers eligible for UI benefits as part of collusion between workers and firms.

Finally, our results relate to the literature on temporary layoffs and recalls in the presence of UI. Temporary layoffs account for a high fraction of unemployment inflow (Feldstein 1978; Katz and Meyer 1990b) with high recall rates for laid off workers (Nekoei and Weber 2015; Fujita and Moscarini 2017). Our documentation of more frequent temporary formal unemployment when the UI payments are high and layoff costs are low is in line with previous studies showing that temporary layoffs are more common under imperfect experience rating in the U.S. (Feldstein 1978; Topel 1983, 1985; Anderson and Meyer 1994; Card and Levine 1994). Using detailed micro-level data, we complement these studies by showing that firms and workers use temporary formal layoffs strategically to extract rents from the UI system. Additionally, our results suggest that the option to employ workers informally makes temporary layoffs a more prominent concern in designing an

[6]Most of the evidence on higher layoff intensities for workers eligible for UI benefits is from empirical studies in Canada (Christofides and McKenna 1995, 1996; Green and Riddell 1997; Baker and Rea 1998; Green and Sargent 1998).

optimal UI system for mid-income and developing countries with large informal labor markets.

It is important to consider the relevance of the findings beyond the specific context of the study. Our data spans the entire population of formal employees in the private sector. While our findings are obtained during a severe recession in Brazil, Carvalho, Corbi, and Narita (2017) obtain almost identical point estimates on layoff intensities for an extended four-year period around the reform.[7] Moreover, evidence on the effects of UI in recessionary periods is of particular interest, as UI benefits are often extended during downturns (Rothstein 2011; Valletta 2014; Farber and Valletta 2015; Kroft and Notowidigdo 2016). Finally, while informal labor markets are more prevalent in mid-income and developing countries, developed countries also feature a non-negligible degree of informality in parts of their labor markets (Hazans 2011). Hence, the insights are relevant and informative beyond the specific context examined in this paper.

2 Institutional Background and Data

This section provides information about Brazil's UI system, the UI reform implemented in March 2015, and the data used for the empirical analysis in the paper.

2.1 Unemployment Insurance in Brazil

In Brazil, every formal worker is required to hold a working card, which it is mandatory for employers to sign whenever a worker is hired, promoted, or dismissed. This information is reported to the Ministry of Labor every year. Formal employees are entitled to a minimum wage. Payroll taxes amount to twenty percent of the formal wage to finance the public pension system, plus eight and a half percent for the workers' seniority account (FGTS). Other mandatory contributions such as the social integration program (PIS) and contributions to social security funding (COFINS) depend on the industries in which firms operate and are paid as a fraction of net profits and sales.[8] Funding for the UI system comes from these contributions.

UI applies to formally employed private sector workers. Benefits are paid for three to five months, depending on workers' formal employment history. Three payments are made if a worker was employed for between six and eleven months during the last 36 months, four payments are

[7] Existing evidence on the relationship between recessionary environments and incentive effects of UI is mixed. While Schmieder, von Wachter, and Bender (2012) show that incentive effects of UI tend to be weaker during recessions, Card et al. (2015a) document that UI durations are more responsive to benefit levels if the aftermath of the Great Recession in the U.S.

[8] A thorough review of the history of labor law in Brazil is provided in Gonzaga (2003).

made if a worker was employed for between 12 and 23 months during the last 36 months, and five payments are made if a worker was employed for at least 24 months during the last 36 months. In 2015, the monthly payments range from 1 to 1.76 minimum salaries, depending on the average pre-layoff wage. Importantly, the UI system does not feature a strong experience rating mechanism. If a firm lays off a worker, it must pay an additional fifty percent of the total contributions that have accumulated in the employee's FGTS. On average, this layoff cost amounts to 8-19 percent of the expected benefits accruing to the worker, depending on the pre-layoff wage (the penalty is relatively lower for lower pre-layoff wages). Eighty percent of this penalty is paid directly to the worker, rather than being used to fund the UI system. Thus, implied experience rating, after accounting for payments that remain within the firm-worker relationship, is only about 1.6-3.8 percent of the UI benefits paid to the worker through the UI system. In contrast, firing workers with a valid legal reason does not entail penalties. The hurdle of providing sufficient evidence is high, and judges tend to rule in favor of employees. Only 3.5 percent of all dismissals are classified as firings with justified cause. Workers receive benefits only when they are laid off rather than being fired.

2.2 UI Reform

To be eligible for UI benefits prior to March 1, 2015, a worker had to be employed over a consecutive period of at least six months prior to layoff, had to be laid off without a justified reason, not be earning other labor income, and not have successfully applied for UI benefits during the previous sixteen months. On December 30, 2014, the parliament passed a provisional measure that tightened eligibility criteria for UI benefits. The new criteria were set to be enforced from March 1, 2015. While it was anticipated that UI would be reformed at some point, both the sudden implementation and the content of the new law were fully unexpected.[9] Since the UI reform was announced unexpectedly only two months before its implementation, workers with a tenure of four to seven months during January to April 2015, who constitute the main sample in this paper, were already in formal employment before the announcement of the reform. The main driver for the quick implementation and the tightening of eligibility criteria came from attempts on the part of the government to reduce the growing budget deficit. The size and duration of UI benefits were not altered. Importantly, contributions to the UI system were unaffected by the reform. Thus, the reform had no direct effect on employers' demand for formal labor.

[9]Estadao Politica, December 29, 2014, "Forca Sindical nega ter sido consultada sobre ajuste em beneficios". Doornik et al. (2018) show that firms whose workers benefit more from a more generous UI system experienced a larger drop in their stock price following the announcement of the reform on December 29.

The reform affected workers with less than two successful prior applications for UI benefits. For these workers, eligibility criteria were substantially tightened. To be eligible for UI benefits after the reform, a longer pre-layoff employment history than the six-month threshold from before the reform was required. Specifically, workers who applied for the first time required documented employment of at least 18 months in the 24 months prior to layoff. Workers who applied for the second time required 12 months in formal employment during the last 16 months (see Figure 1). This provisional measure was applied from March 2015 and became law in July 2015 with some adjustments.[10]

2.3 Data

We use data from RAIS (Relacao Anual de Informacoes Sociais), a large restricted-access matched employee-employer administrative dataset from Brazil. The RAIS database records information on all formally employed workers in a given year and is maintained by the Ministry of Labor in Brazil. All formally-registered firms in Brazil are legally required to report annual information on each worker that the firm employs. RAIS includes detailed information on the employer (tax number, sector of activity, establishment size, geographical location), the employee (social security number, age, gender, education), and the employment relationship (wage, tenure, type of employment, hiring date, layoff date, etc.). We use data from RAIS for the 2013–2015 period. By the end of 2014, the database covers about 50 million formal employees. We exclude all public sector employees, since they do not participate in the UI program.

For our main identification strategy, we focus on employees with a consecutive formal working history of four to seven months at a given point in time. Additionally, we use information on the location of the firm (municipality), its two digit industry classification (National Classification of Economic Activities), and information on workers' occupations (Classificacao Brasileira de Ocupacoes) for our empirical analysis. Our main empirical specification compares the period before the implementation of the UI reform (January–February 2015), and the period after the implementation of the reform (March–April 2015). We use data for the same months from the previous year to control for seasonal effects.

In Table 1, we provide evidence that workers with a tenure of six or seven months, who are affected by the reform, and workers with a tenure of four or five months, who are not directly

[10]The adjusted requirements from July 2015 required a first time applicant to have at least 12 months of employment in the last 18 months. A second time applicant had to have at least 9 months of employment in the last 12 months. These adjustments do not directly affect workers around the six-month threshold that we exploit for our empirical analysis.

affected by the reform, are indistinguishable in terms of observable characteristics before the implementation of the reform. Both groups of workers are virtually identical in terms of age, salary, gender, education, the size of the firm that employs them, and the industries in which they are employed.

To exploit cross-sectional variation in labor market informality, we combine the linked employer-employee data from RAIS with information on labor market informality from the Brazilian census in 2010. The census asks whether or not an individual has a job, and whether or not this job is formal, and reports labor market informality shares for twenty different industry classifications (see Table A.1). 66 percent of domestic services employees are shown as working informally. The most formal industry, electricity and gas, has only 5.5 percent informal workers. In terms of geographic variation in informality, most municipalities fall within the range of 20 to 70 percent labor market informality (Figure A.1). Informality is not limited to certain areas in Brazil, but is prevalent throughout the country, with somewhat higher average informality in the north (Figure A.3).

From the Ministry of Labor in Brazil, we obtain data on the history of UI benefits payments to workers, which we use to classify workers into those affected by the reform (less than two previous UI benefits spells), and those unaffected by the reform (two or more previous UI benefits spells).

Finally, we use data from the monthly employment survey Pesquia Mensal de Emprego (PME). This survey interviews 44,189 individuals in six metropolitan areas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Sao Paulo, Porto Alegre). We extract data on all individuals who are laid off from formal employment with a tenure of four to seven months, and all informally employed workers laid off with a tenure of four to seven months in their previous formal job. The sample period for tests using the PME survey data is from September 2014 to August 2015. This provides us with a sample of 1,968 workers who are laid off with a tenure of four to seven months during the sample period, and 486 informally employed workers who had previously been laid off with a tenure of four to seven months. In addition to workers' tenure, the survey provides information on whether a worker is formally employed, informally employed, or unemployed, and different buckets for the number of employees of the firm in which a worker is formally or informally employed.

3 Empirical Strategy

This section outlines the empirical strategy for assessing how UI affects workers' incentives to flow into formal employment, for identifying collusion between firms and workers, and for examining the role of informal labor markets in explaining inflow and outflow patterns, as well as the effects on wages.

3.1 Unemployment Inflow

The sharp discontinuity in the reform's effect allows us to compare changes in unemployment inflow and outflow for workers just above the eligibility threshold (six to seven months' tenure) and workers just below the threshold (four to five months' tenure). Workers above the threshold are eligible for UI benefits only before the reform, whereas workers below the treshold are never eligible for benefits. Monthly data allows us to focus on a narrow time period of two months before and after the reform. Importantly, the unexpected announcement of the reform occurred after workers entered formal employment, eliminating concerns about differences in ex ante selection into formal employment. Additionally, changes in the UI system are known in January and February, which ensures that the incentives of workers with tenure below the threshold are no different during the pre-reform and post-reform periods. Moreover, the reform only applies to a subset of the workforce, providing us with a natural control group of workers unaffected by the reform. Together, this allows us to identify how UI benefits affect workers' decisions to flow into unemployment.

We start by examining changes in unemployment inflow after the implementation of the reform for workers just below and just above the six-month tenure threshold, by estimating:

$$P[layoff]_{it} = \alpha + \beta_1 \cdot 6Months_{it} + \beta_2 \cdot Reform_t + \beta_3 \cdot 6Months_{it} * Reform_t + \epsilon_{it} \quad (1)$$

where $P[layoff]_{it}$ is a dummy variable that takes the value of one if worker i is laid off in month t, and zero otherwise.[11] The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six to seven months, and zero for workers with tenure of four to five months. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the two months after the reform, and zero for the two months before the reform. The sample is limited to workers with less than two successful past applications for UI benefits who are directly affected by the reform. We further saturate equation (1) with month, municipality-month, municipality-industry-month, or municipality-industry-occupation-month fixed effects to control for location-specific, local industry-specific, and local occupation-specific chnges in unemployment inflow.

The parameter of interest is β_3. The coefficent β_3 compares the difference in unemployment inflow after the reform, when neither group of workers is eligible for UI benefits, to the difference in unemployment inflow between both groups of workers before the reform, when workers above the threshold are eligible for UI benefits. A negative value of β_3 implies higher unemployment inflow when workers are eligible for UI benefits.

[11] We refer to layoffs as separations between firms and workers that allow workers to apply for UI benefits, as opposed to workers being fired for justified reasons, in which case they are ineligible for UI benefits.

We examine the role of informal labor markets for the patterns we observe in the data, by exploiting two sources of variation in labor market informality: cross-sectional variation in informality across industries (Table A.1) and variation in labor market informality across municipalities (see Figures A.1 and A.3).[12] To formally assess how the presence of informal labor markets interacts with the documented effects, we add a continuous variable $Informal$, which is the share of informal employment in a given industry or municipality, and its interaction with the other dependent variables, to equation (1).

3.2 Collusion

To assess the role of collusion between firms and workers for unemployment inflow and outflow, we examine rehiring patterns that are consistent with firm-worker collusion. In cases of collusion between firms and workers, we expect the same firm to lay off workers when they are eligible for UI benefits and to rehire them when their eligibility for benefits ends. In contrast, if workers elicit layoffs without the involvement of employers, for example through shirking, we do not expect workers to be more likely to be rehired by the same firm when their benefits end. Specifically, we test whether firms collude with workers by laying them off when they become eligible for UI benefits then rehire them just when their UI benefits stop, by estimating:

$$P_{same}[4-10]_{it} = \alpha + \beta_1 \cdot 6Months_{it} + \beta_2 \cdot Reform_t + \beta_3 \cdot 6Months_{it} * Reform_t + \epsilon_{it} \qquad (2)$$

where $P_{same}[4-10]_{it}$ is a dummy variable that takes the value of one if a worker returns to the same firm four to ten months after being laid off, and zero if a worker is not hired by the same firm four to ten months after layoff. Since workers are eligible for at least three months of UI benefits, we start the same firm reemployment window four months after layoff. Additionally, workers must not have successfully applied for UI benefits in the 16 months before reapplying. Thus, firms that repeatedly layoff and rehire the same worker to exploit the UI system may rehire workers up to ten months after layoff for them to be eligible for benefits after another six months of formal employment. This motivates the end of the same firm reemployment window ten months after layoff. The sample for this test comprises all workers laid off with tenure of four to seven months. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with a tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with a tenure of four or five months at layoff. A negative value of β_3 implies that the same firm is more likely to rehire workers when their benefits end,

[12] Labor market informality at the municipality level is not mainly determined by industry composition. When we compute the difference between the actual share of labor market informality and the share of informality as predicted by industry composition in the respective municipality, its distribution is very similar and highly correlated with the actual measure (Figure A.2).

consistent with collusion between firms and workers.

To sharpen the interpretation of the results and to rule out alternative explanations, for example temporary layoffs in response to demand fluctuations, we exploit that workers can only apply for UI benefits sixteenth month after their last successful application. A firm-worker pair that engages in repeated collusion has a strong incentive to rehire workers at two distinct points after layoff. If the firm-worker pair seeks to maximize formal employment, the firm rehires the worker four to six months after layoff when benefits cease, and if the firm-worker pair seeks to maximize informal employment spells, the firm should rehire the worker nine to ten months after layoff (see Figure 2). The incentive to rehire the workers nine to ten months after layoff is unique to a potential collusion channel. To assess this possibility, we estimate:

$$\begin{aligned} P[9-10]_{it} &= \alpha + \beta_1 \cdot 6Months_{it}\beta_2 \cdot Same_{it} + \beta_3 \cdot Reform_t + \beta_4 \cdot 6Months_{it} * Same_{it} \\ &\quad +\beta_5 \cdot 6Months_{it} * Reform_t + \beta_6 \cdot Same_{it} * Reform_t \\ &\quad +\beta_7 \cdot 6Months_{it} * Same_{it} * Reform_t + \epsilon_{it} \end{aligned} \tag{3}$$

where $P[9-10]_{it}$ is a dummy variable that takes the value of one if worker i is reemployed nine or ten months after layoff, and zero if worker i is reemployed seven to eight months after layoff. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six to seven months at layoff, and zero for workers with a tenure of four to five months at layoff. For this test we define the dummy variable $Reform_t$ as one for the months of 2015, and zero for the months of 2013. The dummy variable $Same_{it}$ takes the value of one if worker i is rehired by the same firm that laid her off, and zero if she is hired by a different firm.

A positive value of β_4 suggests that the same firm is more likely to rehire a worker after nine to ten months than a different firm if the worker was laid off just after becoming eligible for UI benefits. A negative value of β_7 would suggest that the pattern disappears after the reform when workers with tenure of six months are no longer eligible for UI benefits at layoff.

3.3 Informal Employment

Informal labor markets provide workers with the opportunity to claim UI benefits while continuing to be (informally) employed. This may exacerbate the incentive effects of UI and facilitate collusion between firms and workers (Feldstein 1976; Baily 1977). Since data on informal employment is not available at the employer-employee matched level, we provide indirect evidence on informal

employment while workers are on UI benefits from survey data, by estimating:

$$P[informal]_{it} = \alpha + \beta_1 \cdot 6Months_{it} + \beta_2 \cdot Reform_t + \beta_3 \cdot 6Months_{it} * Reform_t + \epsilon_{it} \quad (4)$$

where $P[informal]_{it}$ is a dummy variable that takes the value of one if worker i reports to be informally employed following layoff from formal employment, and zero if she reports to be formally employed at a different firm or unemployed following layoff from a formal job. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with a tenure of six to seven months at layoff, and zero for workers with a tenure of four to five months at layoff. Since the number of workers with tenure of four to seven months is small in a given month in the survey, we define the dummy variable $Reform_t$ as one for the six months after the reform (Mar 2015 to August 2015), and zero for the six months before the reform (September 2014 to February 2015) to increase our sample size for statistical analysis. A negative value for β_3 implies that workers are more likely to transition from formal to informal employment, if they are eligible for UI benefits.

Finally, we use evidence on worker replacements from administrative data to provide further evidence on informal employment of workers on benefits, by estimating:

$$P[replacement\ hire]_{it} = \alpha + \beta_1 \cdot 6Months_{it} + \beta_2 \cdot Reform_t + \beta_3 \cdot 6Months_{it} * Reform_t + \epsilon_{it} \quad (5)$$

where $P[replacement\ hire]_{it}$ is a dummy variable that takes the value of one if a firm hires a new worker in the same occupation within one month of laying off worker i, and zero if the firm does not hire a new worker within a month of laying off worker i. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six to seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four to five months at layoff. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the two months after the reform, and zero for the two months before the reform. A positive coefficient β_3 indicates that firms are less likely to hire a replacement worker after laying off a worker who is eligible for UI benefits.

3.4 Rent-Sharing Through Wages

We examine whether firms and workers share rents from the UI system through lower equlibrium wages (Feldstein 1976; Baily 1977), exploiting the fact that the reform only applies to part of the workforce. To assess whether workers demand lower wages when it is easier to extract rents from the UI system, we compare changes in wages for workers affected by the reform and workers for

whom eligibility criteria are unaffected by the reform, by estimating:

$$log(wage)_{gt} = \alpha + \beta_1 \cdot Affected_{gt} + \beta_2 \cdot Reform_t + \beta_3 \cdot Affected_{gt} * Reform_t + \epsilon_{it} \quad (6)$$

where $log(wage)_{gt}$ is the average wage of the group of workers affected by the reform or the group of workers unaffected by the reform, who are hired in a given industry in a given municipality in month t. Workers' incentives are affected from the time they are aware of the reform's effects. Since the reform was announced on December 29, 2014, we define the $Reform_t$ dummy as one from January 2015. The dummy variable $Affected_{gt}$ takes the value of one for the group of workers with less than two successful past applications for UI benefits whose eligibility criteria are tightened by the reform, and zero for the group of workers with two or more successful past applications for whom eligibility criteria remain unchanged. Coefficient β_3 measures the relative change in wages of affected workers after the reform, compared to workers unaffected by the reform. If firms and workers share rents extracted from the UI system through lower wages, we expect to find a positive value for β_3 in the wage regression.

Since the prospect of future eligibility for UI benefits may lead to an entitlement effect, according to which workers value formal employment more (Mortensen 1977; Hamermesh 1979), we strengthen the interpretation of the results by examining whether changes in wages are stronger in municipality-industry cells with higher degrees of firm-worker collusion by interacting the independent variables in equation (6) with the fraction of workers being laid off with a tenure of six to seven months and the fraction of workers being rehired by the same in a given municipality-industry cell.

3.5 Identifying Assumptions

The main identifying assumption underlying our empirical analysis is that workers with four to five month tenure are a valid control group for workers with six to seven months tenure around the implementation of the UI reform in March 2015. Specifically, our identification strategy requires that incentives of workers with tenure of four or five months are no different after the reform (March and April) compared to before the reform (January and February). Since we focus on a narrow time window of two months before and after the reform, it is unlikely that workers with tenure of four to five months are exposed to a different shock than workers with tenure of six to seven months. Thus, the main challenge to our identifying assumption is that workers with tenure of four to five months are directly affected by the reform.

Workers with tenure of four to five months could be affected by the reform as the marginal value of staying employed changes with the reform. Before the reform, staying employed one

(two) additional month(s) allows these workers to qualify for UI benefits, whereas after the reform employment of at least twelve months is required to qualify for UI benefits. This concern, however, is mitigated by our choice of pre-reform window from January to February. During this period the reform had already been announced. Thus, for workers with tenure of four months in January and February and for workers with tenure of five months in February the marginal benefit of staying employed is equal compared to after the reform.

To provide direct evidence that the behavior of our control group of workers with tenure of four to five months is unaffected by the reform, we exploit a unique feature of the reform: that it does not apply to about a third of the workforce (workers with two or more prior UI benefits spells). This allows us to compare the behavior of workers with tenure of four to five months who are affected by the reform to workers with tenure of four or five months who are unaffected by the reform. Figure 3 compares UI inflow conditional on workers' tenure for workers affected by the reform (dashed lines) and workers unaffected by the reform (solid lines) in January (black lines) and February (gray lines). The lines for affected and unaffected workers are almost identical for each month. In particular, there is no differential effect at four or five months tenure for either group.[13] Figure 4 provides the same plots for March and April. Again, we can see no different patterns for workers with tenure of four to five months for workers affected and unaffected by the reform. This evidence suggests that workers with tenure of four to five months are not affected by the reform. In robustness tests, we additionally exclude workers with tenure of five months in January for whom the marginal incentive to stay employed for one more month could be higher before the reform, which does not affect our results.

The graphical evidence in Figures 3 and 4 also suggests that the group of workers affected and unaffected by the reform display almost identical behavior before the reform. This lends support to our second important identifying assumption that the groups of workers affected and unaffected by the reform show otherwise similar behavior, which underlies the comparison of the two groups in tests assessing the effect of UI benefits eligibility on ex ante labor supply and wages.

4 Results

This section presents the results from the empirical analysis. We document that eligibility for UI benefits affects unemployment inflow and outflow patterns. Firms and workers time unemployment spells to coincide precisely with eligibility for UI benefits, in particular when the rents they can ex-

[13]The plots also suggest that the reform has no effect on workers with tenure of six to seven months before the reform.

tract from the UI system are high. Exploiting cross-sectional variation in labor market informality, we document that these effects are stronger in the presence of informal labor markets. Finally, we provide indirect evidence that firms employ workers informally while they are on benefits. Firms and workers seem to share rents from the UI system through lower equilibrium wages.

4.1 UI Benefits and Unemployment Inflow

Figure 5 depicts layoff intensities for workers with different tenures, separately for the months from January to April 2015.[14] For workers with tenure of six to seventeen months, the probability of being laid off significantly decreases after the reform, in line with the shift of the benefits eligibility threshold from six to twelve or eighteen months. There is a sharp drop in the probability of being laid off for workers with a tenure of six months, who lose eligibility for benefits after the reform, relative to unemployment inflow for workers with a tenure of five months, who are ineligible for benefits before and after the reform.

We confirm the insights from the graphical analysis statistically in Table 2, by estimating equation (1). Controlling for time-series variation in unemployment inflow (month fixed effects) in column I, we find that unemployment inflow relatively decreases by 0.52 percentage points (11.5 percent) for workers with a tenure of six to seven months, compared to workers with a tenure of four to five months.[15] Further saturating the specification with municipality-month fixed effects to account for local shocks in column II, the effect remains similar at 0.53 pp, and is unaffected by controlling for industry-specific local shocks (muni-industry-month fixed effects) in column III, or occupation-specific local shocks (muni-industry-occupation-month fixed effects) in column IV.[16]

The results cannot be explained by seasonal effects. We observe no similar patterns during the same months of the previous year (Figure A.4 and Table A.3), or for workers with more than two previous successful UI benefits applications who are not affected by the reform (Figure A.5 and Table A.4).[17]

We next examine the role of informal labor markets in explaining higher unemployment inflow.

[14] The plots are aligned at the April 2015 values for workers with five months tenure to facilitate comparison.

[15] We focus our analysis on the four month period around the reform for sharper identification. Carvalho, Corbi, and Narita (2017) document almost identical magnitudes when performing the same analysis for an extended time period around the reform (January 2012 to December 2015).

[16] The results are not driven by a"relabeling" of voluntary departures as layoffs. We observe no change in voluntary quits around the reform (Table A.2).

[17] Additionally, the results are robust to excluding workers with five months' tenure (Table A.5) and to comparing workers with four to seven months' tenure in November and December 2014 (the months before the announcement of the reform) to the post-reform period in March and April 2015, which ensures that effects are similar before and after the announcement of the reform (Table A.6).

We find that higher unemployment inflow for workers eligible for UI benefits is stronger in more informal labor markets. In Figure 6, we split the sample into workers employed in industries with above (top panel) and below (bottom panel) median levels of labor market informality. The graphical evidence reveals that higher unemployment inflow for workers with six or seven months' tenure before the reform is mainly driven by workers in industries with above median levels of informality. For these workers, we observe a substantial drop in unemployment inflow in March and April when they lose eligibility for UI benefits. In contrast, for workers in industries with below median levels of informality, we observe a smaller change in unemployment inflow. Similarly, in Figure 7, we find that in municipalities with above median levels of informality, unemployment inflow decreases by about two percentage points for workers who lose eligibility for UI benefits after the reform. In municipalities with below median levels of informality, the magnitude of the effect is smaller than one percentage point.

In Table 3, we formally assess the way in which informal labor markets affect how layoff intensities interact with UI benefits eligibility. The top panel shows the results for variation in labor market informality at the industry level. We find that a ten percentage point increase in labor market informality leads to a 0.24 pp stronger decrease in unemployment inflow after the reform (column I). Controlling for local shocks that are specific to workers affected by the reform, the effect is similar at 0.18 pp (column II). Additionally, controlling for local industry shocks leaves the effect virtually unchanged at 0.17 pp (column III). When we further add controls for shocks to specific occupations within a local industry, the magnitude of the effect is unchanged at 0.17 pp (column IV). We find qualitatively identical results with similar magnitudes when we compare changes in unemployment inflow in municipalities with different levels of labor market informality (bottom panel).

4.2 Collusion Channel

To be eligible for UI benefits, workers need to be laid off by their employer. Layoffs may be induced through different mechanisms. They could be worker-induced, for example, workers may elicit layoffs through shirking. Higher layoff intensities of workers eligible for benefits could also be caused by firms that plan to temporarily layoff workers eligible for UI benefits, who are less likely to search for employment in other firms. Alternatively, firms may collude with workers to extract rents from the UI system by laying them off when they are eligible for UI benefits and rehiring them when benefits cease.

To differentiate between these mechanisms, we start by exploring whether firms that lay off

workers when they become eligible for UI benefits rehire the same workers just when their benefits cease. Specifically, we examine the probability of a worker being rehired by the same firm four to ten months after layoff, when their benefits cease, by estimating equation (2). If higher unemployment inflow is driven by shirking, we do not expect firms to rehire the same worker. In contrast, if firms lay off workers in reaction to demand fluctuations, or because they collude with workers to time unemployment spells with UI benefits eligibility, we expect them to be more likely to rehire the same worker when her benefits end. We follow our main identification strategy, comparing dismissed workers with six or seven months' tenure at layoff, who lose eligibility after the reform, to those with five months' tenure at layoff, who are always ineligible.

The results gathered in Table 4 suggest that layoff intensities are at least partly driven by firms' decisions. Column I shows that for workers returning to formal employment within ten months of being laid off, the probability of being rehired by the same employer four to ten months after layoff is about two percentage points higher before the reform for workers with tenure of six or seven months at layoff, compared to workers with four or five months' tenure at layoff. After the reform, when both groups of workers are ineligible for UI benefits, the difference in rehiring by the same firm four to ten months after layoff vanishes. Controlling for local industry shocks (muni-industry-month fixed effects) in column II, and occupation-specific shocks within a local industry (muni-industry-occupation-month fixed effects) in column III does not affect the results. In columns IV to VI, we restrict the sample to workers who are rehired four to ten months after layoff, to ensure that our results are not affected by changes in reemployment timing. The results confirm that the difference in the probability of being rehired by the same firm four to ten months after layoff is restricted to workers with six or seven months' tenure at layoff before the reform, when they are eligible for UI benefits.

We find no similar patterns for the same months in the year before the reform (Table A.7), and for workers with more than two previous UI benefits spells, who are not affected by the reform (Table A.8). These results show that firms lay off workers when they qualify for UI benefits, and rehire them just when their UI benefits eligibility ends.

To separate the firm-worker collusion channel from temporary layoffs driven by labor demand fluctuations, we exploit a unique prediction of repeated firm-worker collusion illustrated in Figure 8. Workers are not allowed to apply for UI benefits earlier than sixteen months after their last successful UI benefits application. Thus, a firm that seeks to minimize formal employment spells between two UI benfits applications should reemploy workers nine to ten months after layoff so that they are eligible for UI benefits following another six months of formal employment. A firm that seeks to minimize informal employment between two unemployment spells should rehire a

worker as soon as benefits cease, which is between four and six months after layoff. In contrast, if firms lay off workers eligible for UI benefits in response to demand fluctuations, because these workers are less likely to look for alternative jobs, patterns of worker rehire by the same firm should track patterns of worker hire by other firms. This is the case, because rehiring rates by other firms represent the monthly hazard rate of losing laid off workers to another firm conditional on their unemployment duration.

In Figure 8, we plot excess reemployment probabilities of workers with tenure of six to seven months over workers with tenure of four to five months by different firms (right axis, dashed line), and the same firm (left axis, solid line) conditional on their formal unemployment duration. The sample comprises all workers laid off in 2013, which means they are laid off and rehired under the pre-reform regime. The dashed line indicates that workers are less likely to return to formal employment with a different firm while they are eligible for benefits one to five months after layoff. Once workers with tenure of six to seven months at layoff are no longer eligible for UI benefits more than five months after layoff, there is no difference in rates of reemployment by different firms, compared to workers with four to five months' tenure. The solid line shows that workers eligible for UI benefits are less likely to be rehired by the same firm while they are on benefits and become significantly more likely to be rehired once benefits cease four to six months after layoff. Nine to ten months after layoff when repeat-colluders have a higher incentive to rehire laid off workers formally to make them eligible for UI benefits sixteen months after their previous UI benefits application, we find that rehiring rates by the same firm are higher for workers who were eligible for UI benefits at layoff. These patterns are not consistent with firms temporarily laying off workers in response to demand fluctuations. Instead the patterns are consistent with the incentives of firm-worker pairs that engage in collusion to extract rents from the UI system.

In Table 5, we confirm the graphical evidence from Figure 8 statistically, comparing probabilities of reemployment by the same and different firms nine to ten months after layoff to reemployment probabilities seven to eight months after layoff, for workers with four to five or six to seven weeks tenure at layoff. In case of repeated collusion between firms and workers, we expect probabilities of reemployment by the same firm to be higher during the nine to ten month period after layoff for workers who are eligible for UI benefits at layoff before the reform. In contrast, in cases of temporary layoffs due to demand fluctuations there is no specific reason for reemployment probabilities by the same firm to differ between seven and ten months after layoff. We find that workers who are eligible for UI benefits before the reform are about five percentage points more likely to be rehired by the same firm than by another firm nine to ten months after layoff compared to seven to eight months after layoff, relative to workers ineligible for benefits. After the reform, when both groups of workers are ineligible for UI benefits, differences in rehiring probabilities by the same

firm disappear. This supports the previous evidence on firm-worker collusion to extract rents from the UI system.

Together our results suggest that about twenty percent of the additional strategic unemployment inflow due to UI is driven by collusion between firms and workers. Assuming that colluding workers are rehired by the same firm with probability one, and that workers inducing layoff through shirking are rehired by the same firm with probability zero, we compute the fraction of colluders in strategic unemployment inflow from our estimates and descriptive data. In the data, we observe that workers laid off with a tenure of six or seven months are rehired by the same firm four to ten months after layoff with a probability of 5.3 percent during the post-reform period when they are not eligible for UI benefits. The estimates from Table 4 suggest that the additional probability of being rehired by the same firm for these workers is 1.8 percentage points when they are eligible for benefits at layoff during the pre-reform period. Combined with the information that the share of formal unemployment inflow due to eligibility for UI benefits estimated in Section 4.1 is 11.5 percent of all laid off workers, the fraction of colluders x can be computed as: $\underbrace{11.5\% * x * 1}_{colluders} + \underbrace{11.5\% * (1-x) * 0}_{shirkers} + \underbrace{(1-11.5\%) * 5.3\%}_{others} = 5.3\% + 1.8\%$, which implies that 21 percent of strategic unemployment inflow due to UI benefits eligibility can be attributed to collusion between employers and workers in which firms rehire the worker after their benefits cease.

This estimate is likely to be conservative. First, we assume that colluders return to the same firm with a probability of one, whereas there might be cases where formal reemployment is not part of the agreement to extract rents from the UI system, in particular after the reform when for some workers repeated collusion is no longer feasible. Second, we only capture one particular pattern consistent with collusion where the same firm rehires the worker. Other forms of collusion that we do not capture may exist. For example, several firms and employees as a group could engage in collusion in a way that our test would not identify as collusion, or formal reemployment may not be part of the collusion agreement, if firms do not engage in collusion with the same worker repeatedly.

Finally, we examine whether patterns of rehiring by the same firm are concentrated in industries and municipalities with large informal labor markets, in Table 6. A unique feature of informal labor markets is that they provide workers with the opportunity to receive UI benefits while continuing to work informally. This may facilitate collusion between firms and workers. The results in Panel A show that firms in more informal industries are significantly more likely to lay off workers when they are eligible for benefits, and to rehire them just when their benefits end. Specifically, a ten percentage point increase in labor market informality leads to a 0.50-0.66 pp increase in the rehiring

of workers by the same firm just when UI benefits stop. The results are similar at the municipality level (Panel B).

4.3 Rents from Collusion and Strategic Unemployment

In Table 7, we examine to what extent unemployment inflow and reemployment patterns by the same firm consistent with collusion are more prevalent when the rents that can be extracted from the UI system are higher. Specifically, we examine whether strategic unemployment inflow and reemployment patterns consistent with collusive behavior are more common when the ratio of total rents (UI benefits payments) to the sum of total layoff costs (penalty) and formal employment costs (taxes) is higher.[18] Since this surplus is correlated with benefits accruing to workers, which may elicit higher worker-induced layoff intensities, for example through shirking, we include the replacement rate in the empirical specification to control for workers' incentives.

The results in column I show that firms are more likely to lay off workers who are eligible for UI benefits when the potential rents that can be extracted from the UI system are high. When workers with six and seven months' tenure lose eligibility for UI benefits after the reform, these workers are relatively less likely to flow into unemployment, by 0.14 pp per ten percentage point increase in the rents that can be extracted from the UI system. The results in column II show that layoffs and rehiring patterns by the same firm coinciding with UI eligibility are 0.35 pp more common per ten percentage point increase in the rents that firms and workers can extract from the UI system. This is equivalent to a 25 percent increase in collusive behavior per ten percentage point increase in rents.

With respect to replacement rates, we find that when workers' incentives to flow into unemployment are higher because they are eligible for UI benefits with higher replacement rates, workers are less likely to be rehired by the same firm when their benefits end (column II). This confirms our earlier conjecture that workers are less likely to be rehired by the same firm if they induce layoff unilaterally. Together, the results strengthen the interpretation that collusion between firms and workers plays an important role in explaining higher layoff intensities when workers are eligible for UI benefits. Additionally, the results imply that reducing the surplus to firms and workers from extracting rents from the UI system may reduce collusive behavior, for example by lowering replacement rates or increasing experience rating. More nuanced policy implications may include

[18]Total benefits payments exceed layoff costs for virtually all workers. For 62.3 percent of workers, total benefits exceed the sum of layoff costs and taxes. This suggests that temporary layoff yields positive rents for all firm-worker pairs, and for 62.3 percent of workers establishing a formal employment relationship for six months with the purpose to establish eligibility for UI benefits would yield positive rents.

tweaks to the UI system that prevent repeat temporary layoffs of the same worker by the same firm, or better monitoring and higher fees for informal employment.

4.4 Informal Employment

In this subsection, we provide indirect evidence that workers are employed informally while they receive UI benefits, allowing them to extract payments from the UI system while sustaining an employment relationship. Since data on informal employment is not available at the employer-employee matched level, we resort to survey data and indirect evidence on informal employment while workers are on benefits.

We start by comparing the probability of transitioning from formal to informal employment for workers with tenure of four to five and six to seven months at layoff before and after the reform using PME survey data in columns I and II of Table 8.[19] We find that workers are about six percentage points more likely to transition from formal to informal employment when they are eligible for UI benefits before the reform. After the reform, when workers with six to seven months tenure at layoff are ineligible for UI benefits, they are equally likely to transition to informal employment after being laid off as workers with tenure of four to five months at layoff. The 8.67 percent decline in informal employment following layoff for workers with tenure of six to seven months accounts for $(0.0867/0.115) = 75\%$ of the additional 11.5 percent unemployment inflow at the six month threshold. This suggests that 75 percent of strategic unemployment inflow is related to workers transitioning to informal work.

In columns III and IV, we examine whether workers on UI benefits who are employed informally are more likely to work for the same firm that laid them off, compared to workers who are ineligible for UI benefits. Since the PME data does not include an identifier for firms, we proxy for being employed by the same firm as being employed by a firm being in the same number-of-employees bucket. We find that workers are more than ten percentage points more likely to work for a firm in the same number-of-employees bucket, if they were eligible for UI benefits at layoff and transitioned to informal employment before the reform. After the reform when workers laid off with six to seven months tenure are no longer eligible for UI benefits, they are no longer more likely to be employed informally by the a firm in the same number-of-employees bucket when transitioning from formal to informal employment.

In columns V and VI, we assess whether workers who were employed informally are more likely

[19] Our results are likely to be conservative as the PME data does not allow us to differentiate between workers affected and unaffected by the reform.

to return to formal employment with the same firm within ten months of layoff, if they were eligible for UI benefits at layoff, compared to workers who were ineligible for benefits. We find that workers eligible for UI benefits at layoff are more than ten percentage points more likely to return from informal to formal employment with a firm in the same number-of-employees bucket before the reform. After the reform when workers laid off with six to seven months tenure are no longer eligible for UI benefits, this pattern disappears. Together, the results in Table 8 suggest that workers are employed informally while they are on benefits and are more likely to stay with the same employer and to be formally reemployed by the same firm that laid them off just after they became eligible for UI benefits.

The results in columns V and VI allow us to compute an alternative estimate for the number of "colluders" within the strategic unemployment inflow that is due to eligibility for UI benefits. In the survey data, twenty percent of workers laid off with tenure of six to seven months at layoff report working informally upon being laid off. Based on column V, 14.36 percent of these workers return to formal employment with the same firm, if they were eligible for UI benefits at layoff. This suggests that the share of workers who collude with their firm to extract rents from the UI system through temporary layoffs is about 2.87 percent, which is $(0.0287/0.115) = 25\%$ of the additional unemployment inflow at the threshold. Thus, the estimate for the fraction of colluders from survey data is close to the 21 percent estimated from layoff and rehiring patterns in the administrative data in Section 4.2.

We complement the survey evidence with indirect evidence from administrative data. When firms lay off a worker, for example for performance reasons, they may hire a different worker as a replacement. However, if firms lay off workers formally, but continue to employ them informally, they are less likely to hire a new worker. We compare the probability that firms will hire a replacement worker after laying off a worker with six or seven months' tenure, who is eligible for UI benefits before the reform, and after laying off a worker with four or five months' tenure, who is never eligible for UI benefits. Continued informal employment while workers are on benefits would predict that hiring rates for replacement workers are lower for workers laid off with a tenure of six or seven months in January and February when they are eligible for benefits.

We start with a graphical depiction of the probability of firms hiring a new worker within one month of laying off a worker with a tenure of four to five months (dashed line), or a worker with a tenure of six to seven months (solid line) in the top panel in Figure 9. Before the reform, when workers with a tenure of six or seven months are eligible for UI benefits, firms are about five percentage points less likely to hire a replacement worker after laying off a worker with a tenure of six to seven months, compared to laying off a worker with a tenure of four or five months.

Strikingly, this discrepancy disappears from the month of the implementation of the reform, when workers with a tenure of six or seven months are no longer eligible for UI benefits. As evident from the 2014 part of Figure 9, these differences are not driven by seasonal layoffs or replacement hiring patterns in the months from January to April. Additionally, Figure A.6 and Table A.9 show that for workers who are unaffected by the reform and continue to be eligible for UI benefits with a tenure of six months, differences in the probabilities of hiring replacement workers remain constant after the implementation of the reform. When we compare the graphical evidence for above and below median industries (Figure 10) and municipalities (Figure 11), we observe that the effects are much stronger in industries and municipalities with larger informal labor markets, which is further consistent with firms employing workers informally instead of hiring a replacement worker.

We confirm the insights from the graphical analysis statistically in Table 9, by estimating equation (5). The results in column I show that firms are about two and a half percentage points less likely to hire a new worker within a month of laying off a worker with tenure of six or seven months, compared to the probability of hiring a new worker within a month of laying off a worker with tenure of four or five months, before the reform. After the reform, this difference in hiring a replacement worker depending on tenure at layoff almost completely disappears. This suggests that firms continue to informally employ some of the workers formally laid off when they are eligible for UI benefits. The results are unaffected by restricting the comparison to workers within the same municipality (column II), local industry (column III), or the same occupation within a local industry (column IV). The results in Table 10 statistically confirm that lower rates of replacement hiring while workers are on benefits are more prevalent in industries (top panel) and municipalities (bottom panel) with a higher share of informal labor markets.

From our previous analysis, we know that 11.5 percent of unemployment inflow is a strategic response to UI benefits eligibility, and at least 21 percent of the strategic unemployment inflow (2.42 percent of all unemployment inflow) seems to be explained by direct collusion between firms and workers. The probability of hiring a replacement for workers with a tenure of six or seven months increases by 1.75 percent after the reform (Table 9, column I). This suggests that about $(0.0175/0.0242 =)72\%$ of workers laid off at the six-month threshold and rehired when benefits cease continue to work for the same firm informally while they are on benefits. Since 75 percent of the additional laid off workers report working informally after layoff (see above), this suggests that almost all (96 percent of) workers who report working informally while on benefits in the survey work informally for the firm that laid them off.

4.5 Employment and Wages

Examining changes in formal employment and wages, we find evidence consistent with rent sharing between firms and workers through lower equilibrium wages. Figure 12 depicts the time-series evolution of formal hiring scaled by total employment (top panel) and the log of average hiring wages (bottom panel), separately for workers with fewer than two successful past applications for UI benefits, who see their eligibility criteria for UI benefits tightened (solid lines), and for workers with at least two successful past UI benefits applications, who are unaffected by the reform (dashed lines). To facilitate comparison, all plots are adjusted for calendar month and worker group (workers affected vs. unaffected by the reform) fixed effects. Starting in January 2015, the month after the announcement of the reform, we observe a relative drop in the hiring of workers affected by the reform. A simultaneous relative increase in wages for newly hired workers who face stricter eligibility requirements for UI benefits suggests that the drop in formal employment is driven by a reduction in formal labor supply.

In Table 11, we examine changes in formal hiring, employment, and wages after the reform statistically by estimating equation (6). The results in columns I and II indicate that formal hiring of workers who are less likely to qualify for UI benefits after the reform decreases relatively by about 0.4 percent of the pre-reform labor force. Continued lower hiring is not driven by lower turnover rates, but leads to a relative drop of about six percent in their formal employment (columns III and IV). Columns V and VI show that wages of newly hired workers for whom qualifying for UI benefits becomes harder after the reform increase relatively by 0.5-0.8 percent. Columns VII and VIII confirm that the increase in hiring wages for workers affected by the reform is driven by an increase in wages for the same worker rather than a change in the composition of hired workers. The change in hiring wages compared to their last job during the previous twelve months is relatively higher by 0.5 percent for workers affected by the reform.

A lower formal labor supply is consistent with colluding firms and workers implicitly or explicitly agreeing on lower wages to share rents from the UI system, and firms benefiting from higher labor supply when timing workers' unemployment spells according to UI benefits eligibility (Feldstein 1976; Baily 1977; Christofides and McKenna 1996). To provide more direct evidence on the role of strategic behavior by firms and workers to time formal unemployment according to UI benefits eligibility in driving changes in formal employment and wages after the reform, we examine whether these changes are stronger when firms engage in strategic and collusive behavior. For each municipality-industry cell of the data, we compute the degree of strategic unemployment before the reform as the ratio of workers laid off with a tenure of six or seven months to the number of workers laid off with a tenure of four to seven months. Similarly, we compute the degree of collusive

behavior as the fraction of workers rehired by the same firm after four to ten months among all workers laid off with a tenure of six or seven months.

The results collected in Table 13 are consistent with firms benefiting from collusion through paying lower wages. We find that hiring of workers with less than two successful past applications for UI benefits declines relatively more in local industries in which strategic unemployment inflow explains a larger fraction of total unemployment inflow (column I). Similarly, hiring of workers affected by the reform drops more in local industries in which rehiring by the same firm is timed to coincide with UI benefits eligibility before the reform (column II). Consequently, we observe a larger relative drop in employment for affected workers after the reform in local industries with higher strategic unemployment inflow and more reemployment outflow timed according to UI benefits stopping (columns III and IV). In terms of changes in wages, we find that the increase in wages for workers affected by the reform is higher in local industries with a greater degree of strategic unemployment inflow, by 0.04 percent per ten pp increase in strategic unemployment (column V). Strikingly, wages increase by an additional 1.9 percent per 10 pp increase in the fraction of workers being reemployed by the same firm (column VI). This implies that firms that engage in collusion with a worker pay this worker an about 19 percent lower wage.

The total transfer from workers to firms amounts to 19 percent of their wage over six months. Compared to the total payments that the worker receives from the UI system, with an average 87 percent replacement rate over three months, the share of the rents transferred to firms through lower formal wages is about 54 percent $((0.19 * 6)/((1 - 0.19) * 0.87 * 3))$. Together, the results in Table 13 suggest that formal labor supply of workers affected by the reform drops particularly strongly and wages increase more in areas where strategic unemployment inflow and outflow are more prevalent before the reform, consistent with lower implicit rent-sharing between firms and workers when UI eligibility criteria are tightened.

Our previous results suggest that the reduction in formal labor supply of workers whose eligibility criteria for UI benefits are tightened by the reform may be stronger when workers have the option to work informally while receiving UI benefits. Testing this conjecture formally in Table 12, we find that hiring (columns I and II) and employment (columns III and IV) drops more for affected workers in industries (Panel A) and municipalities (Panel B) with larger shares of informal labor markets. Consistent with a larger drop in formal labor supply, we find that formal wages for workers affected by the reform increase more in industries and municipalities with larger informal labor markets (columns V and VI).

5 Discussion

This section summarizes the insights from the empirical analysis, evaluates the magnitudes of the results, and discusses policy implications.

The main insight from the results in the paper is that in the presence of informal labor markets UI has a strong effect on unemployment inflow, at least partly driven by collusion between firms and workers to extract rents from the UI system while workers are employed informally. Examining the effect of UI on search intensities in Brazil, Gerard and Gonzaga (2014) argue that the incentive effects of UI are low in the context of informal labor markets, as based on low observed formal reemployment probabilities following benefits exhaustion, laid off workers are less likely to return to formal employment in the presence of informal labor markets. By exploring additional dimensions of the incentive effects of UI, our findings suggest that the effects of UI in the presence of informal labor markets are more complex and subtle. In the presence of informal labor markets, some formal employment spells only exist to establish eligibility for UI, with no intention that they will be sustained in the long-run. This may lead to lower reemployment probabilities in the formal sector. Additionally, with informal labor markets UI not only affects unemployment outflow, but also increases unemployment inflow with workers transitioning to informal labor markets. Moreover, we document that optimal reemployment timing for colluding firms and workers during the pre-2015 UI system need not be at benefit exhaustion, which conceals adverse incentive effects, and may lead to an extenuated spike of formal reemployment when benefits end.

In Section 4.1, we document that about twelve percent of formal unemployment inflow at the six-month threshold is due to workers' eligibility for UI benefits (Table 2, column I). The differences in unemployment inflow rates before and after the reform depicted in Figure 5 shows that the share of strategic unemployment inflow is similar across the tenure region in which workers are eligible for UI benefits. From 6 to 10 months' tenure, where collusion is most profitable to firms and workers, around twelve percent of unemployment inflow is strategic. For tenures of 11 to 17 months, strategic unemployment accounts for ten percent of unemployment inflow. This is consistent with a roughly twenty percent share of collusion in strategic unemployment in the 6-10 month tenure region (Table 4, column I). For tenures of 18 months or longer, the March and April values of unemployment inflow converge with the January and February values, as UI benefits eligibility is unchanged for workers with tenure of 18 months and above. This suggests that strategic unemployment continues to account for about ten percent of unemployment inflow.

Since 6.3 percent of unemployment payments in 2014 went to workers laid off with tenure of six to ten months where strategic unemployment inflow accounts for twelve percent of total inflow,

this implies that 10.13 percent (0.063*12+(1-0.063)*10) of unemployment benefits payments go to workers who flow into unemployment due to eligibility for UI benefits. In 2014, total UI benefits payments were 32.8bn BRL, or 0.6 percent of GDP, 10.12 percent of which amounts to 3.32bn BRL, or 0.061 percent of GDP. Since the UI system in Brazil is mainly financed from taxes on firms' sales and profits, the costs of financing strategic unemployment impose an additional tax burden of 3.44bn BRL on firms' sales and profits, generating a transfer system from profitable firms to firms for whom it is easier to game the system (Anderson and Meyer 1997a).[20]

The annual costs and distortions from strategic unemployment and firm-worker collusion increase with the size of informal labor markets. The estimates from Table 3, column IV, imply that strategic unemployment inflow increases by 0.17 (0.24) percentage points per ten percentage point increase in labor market informality at the industry (municipality) level.[21] To compute the fraction of strategic unemployment inflow explained by collusion, we use the estimates from Table 6, column IV, which imply that reemployment by the same firm upon exhaustion of UI benefits is 0.61 (0.81) percentage points higher per ten percentage point increase in labor market informality at the industry (municipality) level.

Figure 13 plots the share of strategic unemployment inflow and firm-worker collusion for different degrees of labor market informality.[22] The total UI benefits payments to strategic workers as a fraction of GDP can increase with labor market informality to more than 0.1 percent of GDP in areas with high labor market informality.

While our findings have several policy implications related to the design of UI systems in the presence of informal labor markets, and while we quantify the costs of adverse incentive effects of UI through a collusion channel, we are cautious about making general welfare statements based on our findings. Ultimately, the benefits of optimizing the UI system to reduce rent extraction need to be weighed against the potential costs of reducing the insurance effect of UI. The results in Section 4.3 show that strategic unemployment inflow and collusion are more prevalent when the

[20] In unreported results, we find that smaller firms and firms hiring workers with lower income benefit most from rent extraction from the UI system.

[21] To translate the volume of strategic unemployment inflow into the share of strategic unemployment in total unemployment inflow, we divide the volume of strategic unemployment inflow by total unemployment inflow. For x percent labor market informality at the industry level, the share of unemployment inflow attributable to eligibility for UI benefits is $0.0017x/(0.0397 + 0.0017x)$, where 0.0397 is total unemployment inflow in the absence of informal labor markets.

[22] Assuming that colluding workers are rehired by the same firm with probability one, and that workers who induce layoff through shirking are not rehired by the same firm allows us to compute the fraction of colluders as: $x = \frac{\Delta P[layoff]_i}{\Delta P_{same}[4-10]_i} + P_{same}[4-10]_{i,base}$, where $\Delta P[layoff]_i$ is the percentage points increase in unemployment inflow due to strategic unemployment, $\Delta P_{same}[4-10]_i$ is the percentage point increase in reemployment by the same firm four to ten months after layoff, and $P_{same}[4-10]_{i,base}$ is the rate of reemployment by the same firm in the absence of eligibility for UI benefits. The intuition behind this formula and its derivation are provided in Section 4.2.

rents that can be extracted from the UI system are larger. Thus, reducing potential rents from timing unemployment spells according to UI benefits eligibility may reduce distortions of the UI system, in particular in the presence of large informal labor markets.

Several parameters of the UI system can reduce the potential rents from collusion. Rents can be reduced by lowering total UI payments, for example, by reducing the level and duration of benefits payments. Additionally, higher experience rating that increases firms' layoff costs reduces the rents that can be extracted from the system. Requiring longer formal employment to qualify for UI benefits decreases the value of total benefits relative to the costs of establishing eligibility for UI benefits through formal employment. More nuanced tweaks to the UI system may include measures such as reductions in UI benefits payments for repeated temporary layoffs that directly target the patterns emerging from firm-worker collusion. The important role of informal labor markets in contributing to strategic unemployment suggests that better monitoring of informal labor markets or higher penalties for informal employment may discourage firms from employing workers informally while they are on UI benefits, by increasing the expected costs of collusion. The advantage of policies designed to reduce adverse incentive effects of UI through better monitoring of informal labor markets is that they do not directly affect the insurance effect of UI.

6 Conclusion

Exploiting a reform to UI benefits eligibility criteria in Brazil, we document that workers are more likely to exit formal employment when they qualify for UI benefits. We find that firms and workers time unemployment spells to coincide precisely with eligibility for UI benefits. Firms lay off workers just when they become eligible for UI benefits, and the same firm rehires a worker when her eligibility for benefits expires. Examining changes in wages around the reform indicates that firms benefit from colluding with workers through lower equilibrium wages, consistent with models of implicit contracting in the presence of UI (Feldstein 1976; Baily 1977; Christofides and McKenna 1996).

Survey evidence suggests that workers are more likely to transition to informal employment and to return to the same firm when they are laid off just after becoming eligible for UI benefits. In addition, when firms layoff workers who are eligible for benefits at the six-month threshold before the reform, they are less likely to hire a replacement worker, compared to when they lay off a worker with a tenure just below the six-month threshold, who is ineligible for UI benefits. This indirect evidence supports the interpretation of the results that firms and workers revert to informal employment relationships for the period that workers are eligible for UI benefits, to extract rents

from the UI system. Moreover, all of the documented patterns are mostly concentrated in labor markets with a higher degree of informality, and disappear after the reform when workers with a tenure of six months are no longer eligible for UI benefits. This further suggests that informal labor markets play an important role in strategic unemployment inflow in response to UI eligibility.

Our findings have important implications for UI design. The timing of unemployment spells to fit workers' UI eligibility suggests that some part of the UI system does not fulfil an insurance purpose, but transfers rents towards firms and workers who exploit the system. We find that this effect is larger when the potential rents that firms and workers can extract from the UI system are larger. While we are cautious about general welfare statements, our findings suggest that reducing potential rents may reduce adverse incentive effects of UI in the presence of informal labor markets. Rents can be reduced by lowering replacement rates and the duration of benefits, or by increasing experience rating to increase the cost of layoffs. More nuanced policy implications may include tweaks to the UI system that prevent repeated temporary layoffs of the same worker by the same firm. The strong correlation with labor market informality suggests that these considerations are particularly important for mid-income and developing countries with large informal labor markets, and that reducing labor market informality, or better monitoring in combination with higher fines, may reduce rent extraction from the UI system.

References

Amarante, V., R. Arim, and A. Dean. 2013. Unemployment insurance design and its effects: Evidence for Uruguay. Working paper, Universidad de los Andes-Cede.

Anderson, P. M., and B. D. Meyer. 1994. The effects of unemployment insurance taxes and benefits on layoffs using firm and individual data. Working paper, NBER.

———. 1997a. The effects of firm specific taxes and government mandates with an application to the U.S. unemployment insurance program. *Journal of Public Economics* 65:119–45.

———. 1997b. Unemployment insurance take-up rates and the after-tax value of benefits. *Quarterly Journal of Economics* 112:913–37.

Baily, M. N. 1977. On the theory of layoffs and unemployment. *Econometrica* 45:1043–63.

———. 1978. Some aspects of optimal unemployment insurance. *Journal of Public Economics* 10:80–94.

Baker, M., and S. A. Rea. 1998. Employment spells and unemployment insurance eligibility requirements. *Review of Economics and Statistics* 80:80–94.

Card, D., R. Chetty, and A. Weber. 2007. Cash-on-hand and competing models of intertemporal behavior: New evidence from the labor market. *Quarterly Journal of Economics* 122:1511–60.

Card, D., A. Johnston, P. Leung, A. Mas, and Z. Pei. 2015a. The effect of unemployment benefits on the duration of unemployment insurance receipt: New evidence from a regression discontinuity design in Missouri, 2003-2013. *American Economic Review* 105:126–30.

Card, D., D. S. Lee, Z. Pei, and A. Weber. 2015b. Inference on causal effects in a generalized regression kink design. *Econometrica* 83:2453–83.

Card, D., and P. B. Levine. 1994. Unemployment insurance taxes and the cyclical and seasonal properties of unemployment. *Journal of Public Economics* 53:1–29.

———. 2000. Extended benefits and the duration of UI spells: Evidence from the New Jersey extended benefit program. *Journal of Public Economics* 78:107–38.

Carvalho, C. C., R. Corbi, and R. Narita. 2017. Unintended consequences of unemployment insurance: Evidence from stricter eligibility criteria in Brazil. *Economic Letters* forthcoming.

Chetty, R. 2006. A general formula for the optimal level of social insurance. *Journal of Public Economics* 90:173–234.

Christofides, L. N., and C. McKenna. 1995. Unemployment insurance and moral hazard in employment. *Economic Letters* 49:205–10.

———. 1996. Unemployment insurance and job duration in Canada. *Journal of Labor Economics* 14:286–312.

Doornik, B., D. Fazio, D. Schoenherr, and J. Skrastins. 2018. Unemployment insurance as a subsidy to risky firms. Working paper, Banco Central do Brasil.

Farber, H. S., J. Rothstein, and R. G. Valletta. 2015. The effects of extended unemployment insurance benefits: Evidence from the 2012-2013 phase-out. *American Economic Review* 105:171–6.

Farber, H. S., and R. G. Valletta. 2015. Do extended unemployment benefits lengthen unemployment spells? Evidence from recent cycles in the U.S. labor market. *Journal of Human Resources* 50:873–909.

Feldstein, M. 1976. Temporary layoffs in the theory of unemployment. *Journal of Political Economy* 84:937–58.

———. 1978. The effects of unemployment insurance on temporary layoff unemployment. *American Economic Review* 68:834–46.

Fujita, S., and G. Moscarini. 2017. Recall and unemployment. *American Economic Review* 107:3875–916.

Gasparini, L., F. Haimovich, and S. Olivieri. 2009. Labor informality bias of a poverty-alleviation program in Argentina. *Journal of Applied Economics* 12:181–205.

Gerard, F., and G. Gonzaga. 2014. Informal labor and the efficiency of social programs: Evidence from 15 years of unemployment insurance in Brazil. Working paper, Columbia University.

Gonzaga, G. 2003. Labor turnover and labor legislation in Brazil. *Economia* 4:1–57.

Gonzalez-Rozada, M., L. Ronconi, and H. Ruffo. 2011. Protecting workers against unemployment in Latin America and the Caribbean: Evidence from Argentina. Working paper, IDB.

Green, D. A., and C. W. Riddell. 1997. Qualifying for unemployment insurance: An empirical analysis. *Economic Journal* 107:67–84.

Green, D. A., and T. C. Sargent. 1998. Unemployment insurance and job durations: Seasonal and non-seasonal jobs. *The Canadian Journal of Economics* 31:247–78.

Hamermesh, D. S. 1979. Entitlement effects, unemployment insurance, and employment decisions. *Economic Enquiry* 17:317–32.

Hazans, M. 2011. Informal workers across Europe: Evidence from 30 countries. Working paper, IZA.

Holzmann, R., Y. Pouget, M. Vodopivec, and M. Weber. 2011. Severance pay programs around the world: History, rationale, status, and reforms. Working paper, IZA.

ILO. 2017. *World social protection report 2017-19*. ILO Publications.

Johnston, A. C., and A. Mas. 2015. Potential unemployment insurance duration and labor supply: The individual and market-level response to a benefit cut. Working paper, NBER.

Jurajda, S. 2002. Estimating the effect of unemployment insurance compensation on the labor market histories of displaced workers. *Journal of Econometrics* 108:227–52.

Katz, L. F. 1986. Layoffs, recall and the duration of unemployment. Working paper, NBER.

Katz, L. F., and B. D. Meyer. 1990a. The impact of the potential duration of unemployment benefits on the duration of unemployment. *Journal of Public Economics* 41:45–72.

———. 1990b. Unemployment insurance, recall expectations, and unemployment outcomes. *Quarterly Journal of Economics* 105:973–1002.

Kroft, K., and M. J. Notowidigdo. 2016. Should unemployment insurance vary with the unemployment rate? Theory and evidence. *Review of Economic Studies* 83:1092–124.

Lalive, R. 2008. How do extended benefits affect unemployment duration? A regression discontinuity design. *Journal of Econometrics* 142:785–806.

Landais, C. 2015. Assessing the welfare effects of unemployment benefits using the regression kink design. *American Economic Journal: Economic Policy* 7:243–78.

Lipsey, R. G., and K. Lancaster. 1956. The general theory of second best. *Review of Economic Studies* 24:11–32.

Meyer, B. D. 1990. Unemployment insurance and unemployment spells. *Econometrica* 58:757–82.

———. 1995. Lessons from the US employment insurance experiments. *Journal of Economic Literature* 33:91–131.

Meyer, B. D., and W. K. C. Mok. 2007. Quasi-experimental evidence on the effects of unemployment insurance from New York State. Working paper, NBER.

Moffitt, R. 1985. Unemployment insurance and the distribution of unemployment spells. *Journal of Econometrics* 28:85–101.

Mortensen, D. T. 1977. Unemployment insurance and job search decisions. *Industrial and Labor Relations Review* 30:505–17.

Nekoei, A., and A. Weber. 2015. Recall expectations and duration dependence. *American Economic Review, Papers and Proceedings* 105:142–6.

Rebello-Sanz, Y. 2012. Unemployment insurance and job turnover in Spain. *Labour Economics* 19:403–26.

Rothstein, J. 2011. Unemployment insurance and job search in the great recession. *Brookings Papers on Economic Activity* 143–210.

Rothstein, J., and R. G. Valletta. 2017. Scraping by: Income and program participation after the loss of extended unemployment benefits. Working paper, NBER.

Schmieder, J. F., T. von Wachter, and S. Bender. 2012. The effects of extended unemployment insurance over the business cycle: Evidence from regression discontinuity estimates over 20 years. *Quarterly Journal of Economics* 127:701–52.

———. 2016. The effect of unemployment benefits and nonemployment duration on wages. *American Economic Review* 106:739–77.

Solon, G. 1979. Labor supply effects of extended unemployment benefits. *Journal of Human Resources* 14:247–55.

Topel, R. H. 1983. On layoffs and unemployment insurance. *American Economic Review* 73:541–59.

———. 1985. Unemployment and unemployment insurance. *Research in Labor Economics* 7:91–135.

Valletta, R. G. 2014. Recent extensions of US unemployment benefits: Search responses in alternative labor market states. *IZA Journal of Labor Policy* 3:1–25.

Winter-Ebmer, R. 2003. Benefit duration and unemployment entry: A quasi-experiment in Austria. *European Economic Review* 47:259–73.

Table 1: **Summary Statistics for Workers Around the Threshold**

	4-5 Months Tenure	6-7 Months Tenure	Difference
Age (Years)	32	32	0
Salary (Real)	1,239	1,277	38
Male	0.611	0.606	-0.005
University Education	0.064	0.069	0.005
Firm Size (Employees)	66	70	4
Fraction in Construction	0.122	0.121	-0.001
Fraction in Manufacturing	0.156	0.151	-0.005
Fraction in Agriculture	0.033	0.035	0.002

This table reports pre-reform descriptive statistics (age, salary, gender, education, firm size, industry distribution) for workers with tenure of four to five months in the first column, and workers with tenure of six to seven months in the second column, respectively. The third column depicts the difference between workers with six and seven months' tenure and workers and four and five months' tenure.

Table 2: **Unemployment Inflow**

Dep. Var.: $P[layoff]_{it}$	I	II	III	IV
$6Months_{it}$	0.0129***	0.0125***	0.0122***	0.0123***
	(0.0007)	(0.0006)	(0.0005)	(0.0005)
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0052***	-0.0053***	-0.0053***	-0.0049***
	(0.0008)	(0.0007)	(0.0006)	(0.0006)
Month FE	yes	-	-	-
Month*Municipality FE	no	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	8,532,451	8,532,451	8,532,451	8,532,451
R^2	0.001	0.016	0.053	0.127

This table reports changes in unemployment inflow around the enactment of the UI reform. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months in a given month. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is laid off in month t and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months, and zero for workers with tenure of four or five months. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015 and zero for the pre-reform period from January to February 2015. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. *** denotes statistical significance at the 1% level.

Table 3: **Unemployment Inflow by Informality**

	I	II	III	IV
Dep. Var.: $P[layoff]_{it}$	Industry-Level			
$6Months_{it}$	-0.0008			
	(0.0012)			
$6Months_{it} * Reform_t$	0.0003			
	(0.0015)			
$6Months_{it} * Informal$	0.0548***	0.0476***	0.0409***	0.0420***
	(0.0053)	(0.0048)	(0.0038)	(0.0037)
$6Months_{it} * Reform_t * Informal$	-0.0242***	-0.0183***	-0.0168***	-0.0174***
	(0.0064)	(0.0058)	(0.0048)	(0.0046)
Industry*Month FE	yes	yes	-	-
Month*Municipality FE	yes	-	-	-
Month*Municipality*Eligibility FE	no	yes	yes	yes
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	8,532,451	8,532,451	8,532,451	8,532,451
R^2	0.023	0.027	0.056	0.130
Dep. Var.: $P[layoff]_{it}$	Municipality-Level			
$6Months_{it}$	0.0049***			
	(0.0010)			
$6Months_{it} * Reform_t$	0.0017			
	(0.0010)			
$6Months_{it} * Informal$	0.0317***	0.0232***	0.0237***	0.0222***
	(0.0032)	(0.0033)	(0.0029)	(0.0031)
$6Months_{it} * Reform_t * Informal$	-0.0299***	-0.0273***	-0.0265***	-0.0241***
	(0.0039)	(0.0041)	(0.0038)	(0.0041)
Municipality*Month FE	yes	yes	-	-
Month*Industry FE	yes	-	-	-
Month*Industry*Eligibility FE	no	yes	yes	yes
Month*Industry*Municipality FE	no	no	yes	-
Month*Industry*Municipality*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	8,532,451	8,532,451	8,532,451	8,532,451
R^2	0.023	0.023	0.053	0.127

This table reports changes in unemployment inflow around the enactment of the UI reform from January to April 2015. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months in a given month. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is laid off in month t, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months, and zero for workers with tenure of four or five months. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015, and zero for the pre-reform period from January to February 2015. The variable $Informal$ is the share of informal employment in a given industry in the top panel and municipality in the bottom panel. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. *** and ** denote statistical significance at the 1% and 5% levels, respectively.

Table 4: **Same-Firm Rehiring**

Dep. Var.: $P_{same}[4-10]_{it}$	I	II	III	IV	V	VI
$6Months_{it}$	0.0198***	0.0180***	0.0172***	0.0168***	0.0155***	0.0148***
	(0.0022)	(0.0019)	(0.0022)	(0.0036)	(0.0033)	(0.0039)
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0160***	-0.0145***	-0.0144***	-0.0180***	-0.0158***	-0.0168***
	(0.0025)	(0.0024)	(0.0029)	(0.0047)	(0.0047)	(0.0055)
Month*Municipality FE	yes	-	-	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	yes	-	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	yes	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni	muni	muni
Observations	227,298	227,298	227,298	108,405	108,405	108,405
R^2	0.199	0.317	0.468	0.252	0.395	0.553

This table reports changes in reemployment of workers by the same firm at the end of UI benefits eiligibility around the enactment of the UI reform. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months at layoff, who are rehired within ten months in columns I-III and four to ten months in columns IV-VI. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is reemployed by the same firm four to ten months after being laid off, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four or five months at layoff. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015, and zero for the pre-reform period from January to February 2015. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. *** denotes statistical significance at the 1% level.

Table 5: **Collusion Channel**

Dep. Var.: $P[9-10]_{it}$	I	II	III	IV
$6Months_{it}$	0.0025	-0.0010	-0.0032*	-0.0038*
	(0.0020)	(0.0018)	(0.0019)	(0.0021)
$Same_{it}$	-0.1493***	-0.0836***	-0.0788***	-0.0839***
	(0.00126)	(0.0067)	(0.0075)	(0.0087)
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0035	0.0004	0.0013	0.0016
	(0.0034)	(0.0035)	(0.0038)	(0.0044)
$6Months_{it} * Same_{it}$	0.0941***	0.0479***	0.0460***	0.0434***
	(0.0127)	(0.0072)	(0.0079)	(0.0093)
$Same_{it} * Reform_t$	0.0882***	0.0338***	0.0362***	0.0385***
	(0.0247)	(0.0104)	(0.0113)	(0.0137)
$6Months * Same_{it} * Reform_t$	-0.1151***	-0.0434***	-0.0508***	-0.0510***
	(0.0324)	(0.0131)	(0.0150)	(0.0182)
Month FE	yes	-	-	-
Month*Municipality FE	no	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	505,983	505,983	505,983	505,983
R^2	0.010	0.101	0.236	0.446

This table reports pattern in unemployment outflow in 2013 and 2015. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months at layoff that return to formal employment seven to ten months after layoff. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i enters formal employment nine or ten months after being laid off and zero if she returns to formal employment seven or eight months after being laid off. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four or five months at layoff. The dummy variable $Same_{it}$ takes the value of one if worker i is rehired by the same firm that laid her off, and zero otherwise. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the year 2015 and zero for the year 2013. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. ***, **, and * denote statistical significance at the 1%, 5%, and 10% levels, respectively.

Table 6: **Same-Firm Hiring by Informality**

	I	II	III	
Dep. Var.: $P_{same}[4-10]_{it}$	Industry-Level			
$6Months_{it}$	-0.0056			
	(0.0042)			
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0005			
	(0.0064)			
$6Months_{it} * Informal$	0.0948***	0.0947***	0.0694***	0.0736***
	(0.0163)	(0.0164)	(0.0153)	(0.0194)
$6Months_{it} * Reform_t * Informal$	-0.0573**	-0.0600**	-0.0521**	-0.0587**
	(0.0235)	(0.0234)	(0.0215)	(0.0245)
Municipality*Month FE	yes	yes	-	-
Month*Industry FE	yes	-	-	-
Month*Industry*Eligibility FE	no	yes	yes	yes
Month*Industry*Municipality FE	no	no	yes	-
Month*Industry*Municipality*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	
Observations	227,283	227,298	227,298	227,298
R^2	0.205	0.205	0.342	0.486
Dep. Var.: $P_{same}[4-10]_{it}$	Municipality-Level			
$6Months_{it}$	0.0037			
	(0.0051)			
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0020			
	(0.0064)			
$6Months_{it} * Informal$	0.0689***	0.0459**	0.0508**	0.0403
	(0.0206)	(0.0199)	(0.0226)	(0.0274)
$6Months_{it} * Reform_t * Informal$	-0.0595**	-0.0557**	-0.0646**	-0.0672*
	(0.0264)	(0.0256)	(0.0275)	(0.0347)
Municipality*Month FE	yes	yes	-	-
Month*Industry FE	yes	-	-	-
Month*Industry*Eligibility FE	no	yes	yes	yes
Month*Industry*Municipality FE	no	no	yes	-
Month*Industry*Municipality*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	
Observations	227,283	227,283	227,283	227,283
R^2	0.205	0.206	0.318	0.468

This table reports changes in reemployment of workers by the same firm after the exhaustion of UI benefits around the enactment of the UI reform from January to April 2015. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months at layoff. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is formally reemployed by the same firm four to ten months after being laid off, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four or five months at layoff. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015, and zero for the pre-reform period from January to February 2015. The variable $Informal$ is the share of informal employment in a given industry in the top panel and municipality in the bottom panel. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. ***, **, and * denote statistical significance at the 1%, 5%, and 10% levels, respectively.

Table 7: **Unemployment Spell Timing and UI System Parameters**

	I	II
Dep. Var.:	$P[layoff]_{it}$	$P_{same}[4-10]_{it}$
$6Months_{it}$	-0.0008	0.0325***
	(0.0014)	(0.0084)
$6Months_{it} * Reform_t$	0.0077***	-0.0344***
	(0.0019)	(0.0122)
$Surplus_{it}$	-0.0280***	0.0122**
	(0.0016)	(0.0050)
$Surplus_{it} * 6Months_{it}$	0.0289***	0.0303***
	(0.0040)	(0.0097)
$Surplus_{it} * Reform_t$	-0.0187***	-0.0058
	(0.0021)	(0.0075)
$Surplus_{it} * 6Months_{it} * Reform_t$	-0.0135***	-0.0350**
	(0.0041)	(0.0140)
RR_{it}	0.0873***	-0.0619***
	(0.0041)	(0.0093)
$RR_{it} * 6Months_{it}$	-0.0247***	-0.0443***
	(0.0051)	(0.0133)
$RR_{it} * Reform_t$	-0.1114***	-0.0085
	(0.0134)	(0.0124)
$RR_{it} * 6Months_{it} * Reform_t$	-0.0079	0.0558***
	(0.0053)	(0.0188)
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	yes	yes
Clustered SE	muni	muni
Observations	8,512,307	227,298
R^2	0.131	0.468

The results in this table document how layoff and rehiring patterns vary with parameters with the UI system. In column I, the dependent variable $P[layoff]_{it}$ is a dummy variable that is one if a worker i is laid off in month t, and zero otherwise. In column II, the dependent variable $P_{same}[4-10]_{it}$ is a dummy variable that takes the value of one if worker i is reemployed by the same firm four to ten months after being laid off, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months, and zero for workers with tenure of four or five months. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period in March and April 2015 and zero for the pre-reform period from January to February 2015. The variable $Surplus_{it}$ is the ratio of UI benefits that worker i is entitled to relative to the sum of the costs of formally employing the worker and layoff costs. The variable RR_{it} is the ratio of monthly benefits accruing to worker i relative to the worker's current wage. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. ***, **, and * denote statistical significance at the 1% 5%, and 10% levels, respectively.

Table 8: **Informal Employment**

	I	II	III	IV	V	VI
Dep. Var.:	$P[informal]_{it}$		$Same_{it}$			
$6Months_{it}$	0.0554**	0.0595**	0.1061*	0.1404**	0.1190**	0.1522**
	(0.0270)	(0.0273)	(0.0574)	(0.0601)	(0.0594)	(0.0615)
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0867**	-0.0896**	-0.2054**	-0.2405***	-0.1436*	-0.1412*
	(0.0405)	(0.0413)	(0.0801)	(0.0823)	(0.0784)	(0.0810)
Month FE	yes	-	yes	-	yes	-
Month*Municipality FE	no	yes	no	yes	no	yes
Observations	1,968	1,968	486	486	467	467
R^2	0.008	0.032	0.034	0.191	0.018	0.165

This table reports probabilities of workers transitioning from formal to informal employment in columns I and II, and being employed or reemployed by the same firm in columns III to VI using PME survey data. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i transitions to informal employment following layoff, and zero otherwise in columns I and II. In columns III and IV, the dependent variable takes the value of one if an informally employed worker is employed in a firm in the same number-of-employees-bucket as her last formal job, and zero otherwise, in columns V and VI, the dependent variable takes the value of one if a worker returns from informal employment to a firm in the same number-of-employees-bucket as the firm that laid off the worker, and zero if the firm is in a different number-of-employees-bucket. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four or five months at layoff. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to August 2015 and zero for the pre-reform period from September 2014 to February 2015. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects. ***, **, and * denote statistical significance at the 1% 5%, and 10% levels, respectively.

Table 9: **Replacement Hiring**

Dep. Var.: $P[replacement\ hire]_{it}$	I	II	III	IV
$6Months_{it}$	-0.0258***	-0.0193***	-0.0154***	-0.0146***
	(0.0030)	(0.0030)	(0.0029)	(0.0035)
$6Months_{it} * Reform_t$	0.0175***	0.0104**	0.0080**	0.0119**
	(0.0041)	(0.0040)	(0.0040)	(0.0048)
Month FE	yes	-	-	-
Month*Municipality FE	no	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	255,283	255,283	255,283	255,283
R^2	0.001	0.061	0.193	0.423

This table reports changes in the hiring of a replacement worker within one month of the layoff of another worker by the same firm around the enactment of the UI reform from January to April 2015. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if the same firm hires a new worker within a month of laying off worker i, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four or five months at layoff. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015 and zero for the pre-reform period from January to February 2015. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. ***, and ** denote statistical significance at the 1%, and the 5% levels, respectively.

Table 10: **Replacement Hiring by Informality**

	I	II	III	IV
Dep. Var.: $P[replacement\ hire]_{it}$	Industry-Level			
$6Months_{it}$	0.0082			
	(0.0097)			
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0123			
	(0.0065)			
$6Months_{it} * Informal$	-0.1028***	-0.1074***	-0.1183***	-0.1364***
	(0.0352)	(0.0366)	(0.0403)	(0.0435)
$6Months_{it} * Reform_t * Informal$	0.0850**	0.1014**	0.1375**	0.1385**
	(0.0485)	(0.0503)	(0.0545)	(0.0678)
Industry*Month FE	yes	yes	-	-
Month*Municipality FE	yes	-	-	-
Month*Municipality*Eligibility FE	no	yes	yes	yes
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	255,283	255,283	255,283	255,283
R^2	0.072	0.100	0.214	0.438
Dep. Var.: $P[replacement\ hire]_{it}$	Municipality-Level			
$6Months_{it}$	0.0067			
	(0.0093)			
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0129			
	(0.0128)			
$6Months_{it} * Informal$	-0.1061***	-0.1104***	-0.0903**	-0.1175**
	(0.0363)	(0.0369)	(0.0411)	(0.0528)
$6Months_{it} * Reform_t * Informal$	0.0955*	0.1081**	0.1058*	0.1454*
	(0.0524)	(0.0540)	(0.0599)	(0.0839)
Municipality*Month FE	yes	yes	-	-
Month*Industry FE	yes	-	-	-
Month*Industry*Eligibility FE	no	yes	yes	yes
Month*Industry*Municipality FE	no	no	yes	-
Month*Industry*Municipality*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	255,283	255,283	255,283	255,283
R^2	0.072	0.073	0.194	0.423

This table reports changes in the hiring of a replacement worker within one month of the layoff of another worker by the same firm around the enactment of the UI reform from January to April 2015. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if the same firm hires a new worker within a month of laying off worker i, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four or five months at layoff. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015, and zero for the pre-reform period from January to February 2015. The variable $Informal$ is the share of informal employment in a given industry in the top panel and municipality in the bottom panel. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. ***, **, and * denote statistical significance at the 1%, 5%, and 10% levels, respectively.

Table 11: **Formal Hiring, Employment, and Wages**

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Dep. Var.:	$Hired/Employed\ Workers$		$log(Workers)$		$log(Wage)$		$log(Wage) - log(Wage_{old})$	
$Affected_{it}$	0.0012***	0.0009***	0.6957***	0.7906***	-0.0979***	-0.1078***	0.0362***	0.0346***
	(0.0001)	(0.0001)	(0.0053)	(0.0070)	(0.0007)	(0.0008)	(0.0007)	(0.0008)
$Affected_{it} * Reform_t$	-0.0037***	-0.0043***	-0.0612***	-0.0631***	0.0052***	0.0082***	0.0049***	0.0050***
	(0.0002)	(0.0002)	(0.0034)	(0.0028)	(0.0007)	(0.0008)	(0.0010)	(0.0012)
Month FE	yes	-	yes	-	yes	-	yes	-
Industry FE	yes	-	yes	-	yes	-	yes	-
Municipality FE	yes	-	yes	-	yes	-	yes	-
Industry-Municipality-Month FE	no	yes	no	yes	no	yes	no	yes
Observations	4,030,596	4,030,596	3,929,941	3,929,941	1,816,004	1,816,004	1,482,341	1,482,341
R^2	0.054	0.346	0.720	0.956	0.414	0.526	0.029	0.355

This table reports changes in formal hiring, total employment, and wages around the announcement of the UI benefits reform from January 2013 to December 2015. The unit of observation is at the industry-municipality-month level. In columns I and II, the dependent variable is the share of workers hired relative to the total number of workers, in columns III and IV, the dependent variable is the log of total employment, in columns V and VI, the dependent variable is the log of the average wage of hired workers, in columns VII and VIII, the dependent variable is the log difference between newly hired workers' wage and their wage twelve months ago. The dummy variable $Affected_{it}$ takes the value of one for workers with less than two successful past applications for UI benefits, and zero for workers with two or more successful past applications. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-announcement period from January to December 2015, and zero for the pre-announcement period from January 2013 to December 2014. Standard errors are clustered at the municipality level. *** denotes statistical significance at the 1% level.

Table 12: **Formal Hiring, Employment, and Wages by Informality**

	I	II	III	IV	V	VI
Panel A:	Industry-Level					
Dep. Var.:	$Hired/Employed\ Workers$		$log(Workers)$		$log(Wage)$	
$Affected_{it}$	-0.0004***	-0.0017***	0.9052***	1.0045***	-0.0781***	-0.0986***
	(0.0002)	(0.0002)	(0.0088)	(0.080)	(0.0014)	(0.0014)
$Affected_{it} * Reform_t$	-0.0009***	-0.0014***	-0.0381***	-0.0469***	0.0021	0.0025
	(0.0003)	(0.0004)	(0.0074)	(0.0059)	(0.0015)	(0.0015)
$Affected_{it} * Informal$	0.0064***	0.0102***	-0.8236***	-0.8411***	-0.0761***	-0.0547***
	(0.0008)	(0.0008)	(0.0259)	(0.0211)	(0.0041)	(0.0042)
$Affected_{it} * Informal * Reform_t$	-0.0112***	-0.0115***	-0.0948***	-0.0694***	0.0124**	0.0129**
	(0.0012)	(0.0013)	(0.0274)	(0.0213)	(0.0050)	(0.0051)
Month FE	yes	-	yes	-	yes	-
Industry FE	yes	-	yes	-	yes	-
Municipality FE	yes	-	yes	-	yes	-
Industry-Municipality-Month FE	no	yes	no	yes	no	yes
Observations	4,030,596	4,030,596	3,929,941	3,929,941	1,816,004	1,816,004
R^2	0.054	0.346	0.721	0.956	0.414	0.526
Panel B:	Municipality-Level					
Dep. Var.:	$Hired/Employed\ Workers$		$log(Workers)$		$log(Wage)$	
$Affected_{it}$	0.0013***	0.0022***	1.3988***	1.6950***	-0.0703***	-0.0680***
	(0.0004)	(0.0004)	(0.0180)	(0.0169)	(0.0032)	(0.0035)
$Affected_{it} * Reform_t$	0.0021***	0.0008*	-0.0394***	-0.0442***	-0.0258***	-0.0216***
	(0.0006)	(0.0007)	(0.0144)	(0.0123)	(0.0031)	(0.0036)
$Affected_{it} * Informal$	-0.0001	-0.0014**	-1.1439***	-1.4489***	-0.0422***	-0.0474***
	(0.0006)	(0.0006)	(0.0272)	(0.0256)	(0.0048)	(0.0053)
$Affected_{it} * Informal * Reform_t$	-0.0098***	-0.0084***	-0.0407*	-0.0370**	0.0477***	0.0441***
	(0.0010)	(0.0010)	(0.0216)	(0.0180)	(0.0045)	(0.0051)
Month FE	yes	-	yes	-	yes	-
Industry FE	yes	-	yes	-	yes	-
Municipality FE	yes	-	yes	-	yes	-
Industry-Municipality-Month FE	no	yes	no	yes	no	yes
Observations	4,030,596	4,030,596	3,929,941	3,929,941	1,816,004	1,816,004
R^2	0.054	0.349	0.722	0.959	0.414	0.566

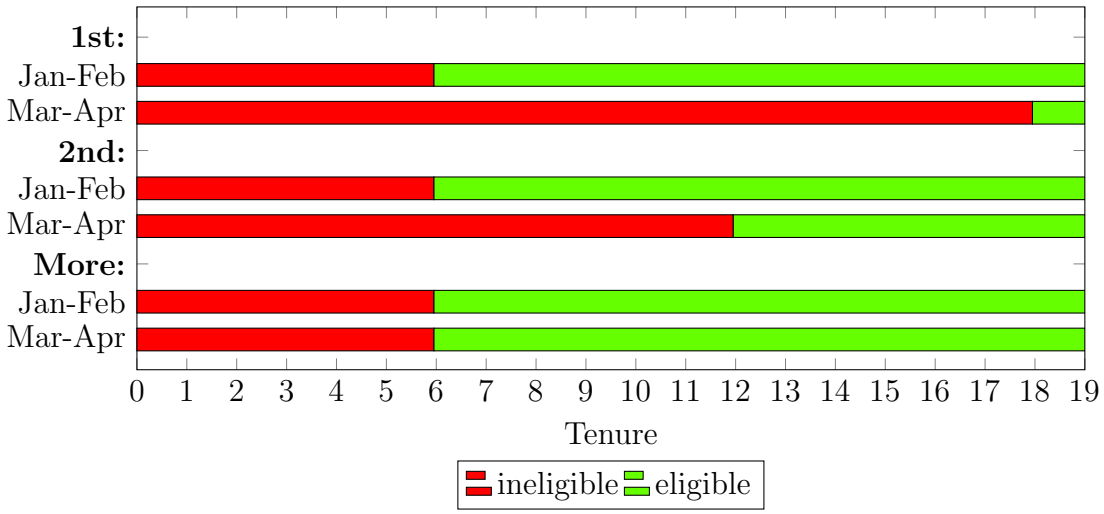
This table reports changes in formal hiring, total employment, and wages around the announcement of the UI benefits reform from January 2013 to December 2015. The unit of observation are the groups of affected and non-affected workers at the industry-municipality-month level. In columns I and II, the dependent variable is the share of workers hired relative to the total number of workers, in columns III and IV, the dependent variable is the log of total employment, in columns V and VI, the dependent variable is the log of the average wage of hired workers. The dummy variable $Affected_{it}$ takes the value of one for workers with less than two successful past applications for UI benefits, and zero for workers with two or more successful past applications. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-announcement period from January to December 2015, and zero for the pre-announcement period from January 2013 to December 2014. The variable $Informal$ is the share of informal employment in a given industry in Panel A and a given municipality in Panel B. Standard errors are clustered at the municipality level. *** and ** denote statistical significance at the 1% and 5% level, respectively.

Table 13: **Formal Hiring, Employment, Wages, and Strategic Unemployment**

	I	II	III	IV	V	VI
Dep. Var.:	$Hired/Employed\ Workers$		$log(Workers)$		$log(Wage)$	
$Affected_{it}$	0.0020***	0.0025***	0.8319***	0.8041***	-0.0905***	-0.0911***
	(0.0001)	(0.0001)	(0.0060)	(0.0056)	(0.0008)	(0.0007)
$Affected_{it} * Reform_t$	-0.0033***	-0.0047***	-0.0556***	-0.0619***	0.0083***	0.0095***
	(0.0002)	(0.0002)	(0.0040)	(0.0029)	(0.0011)	(0.0007)
$Affected_{it} * Strategic$	0.0011***		-0.1214***		-0.0079***	
	(0.0002)		(0.0080)		(0.0013)	
$Affected_{it} * Strategic * Reform_t$	-0.0047***		-0.0267***		0.0043**	
	(0.0004)		(0.0070)		(0.0019)	
$Affected_{it} * Collusive$		-0.0054**		1.3515***		-0.7207***
		(0.0021)		(0.0551)		(0.0405)
$Affected_{it} * Collusive * Reform_t$		-0.0242***		-0.1748***		0.1893***
		(0.0029)		(0.0407)		(0.0501)
Industry-Municipality-Month FE	yes	yes	yes	yes	yes	yes
Observations	4,030,596	4,030,596	3,929,941	3,929,941	1,816,004	1,816,004
R^2	0.754	0.754	0.963	0.963	0.867	0.867

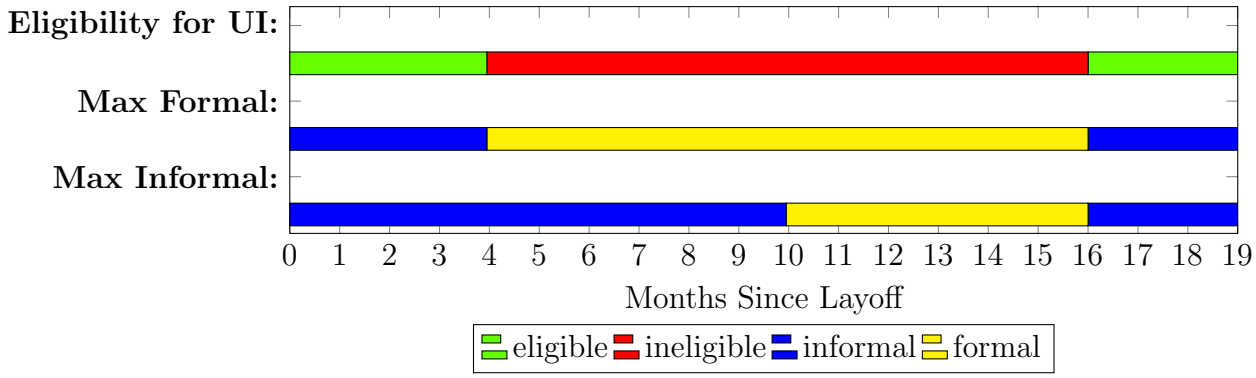
This table reports changes in formal hiring, total employment, and wages around the announcement of the UI benefits reform from January 2013 to December 2015. The unit of observation are the groups of affected and non-affected workers at the industry-municipality-month level. In columns I and II, the dependent variable is the share of workers hired relative to the total number of workers, in columns III and IV, the dependent variable is the log of total employment, in columns V and VI, the dependent variable is the log of the average wage of hired workers. The dummy variable $Affected_{it}$ takes the value of one for workers with less than two successful past applications for UI benefits, and zero for workers with two or more successful past applications. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-announcement period from January to December 2015, and zero for the pre-announcement period from January 2013 to December 2014. The dummy variable *Strategic* is the pre-reform share of workers in a given municipality-industry cell that is laid off with a tenure of six or seven months in all workers laid off with a tenure of four to seven months. The dummy variable *Collusive* is the pre-reform share in workers rehired by the same firm after four to ten months among workers laid off with a tenure of six or seven months. Standard errors are clustered at the municipality level. *** and ** denote statistical significance at the 1% and the 5% levels, respectively.

Figure 1: **UI Eligibility Around the Reform**



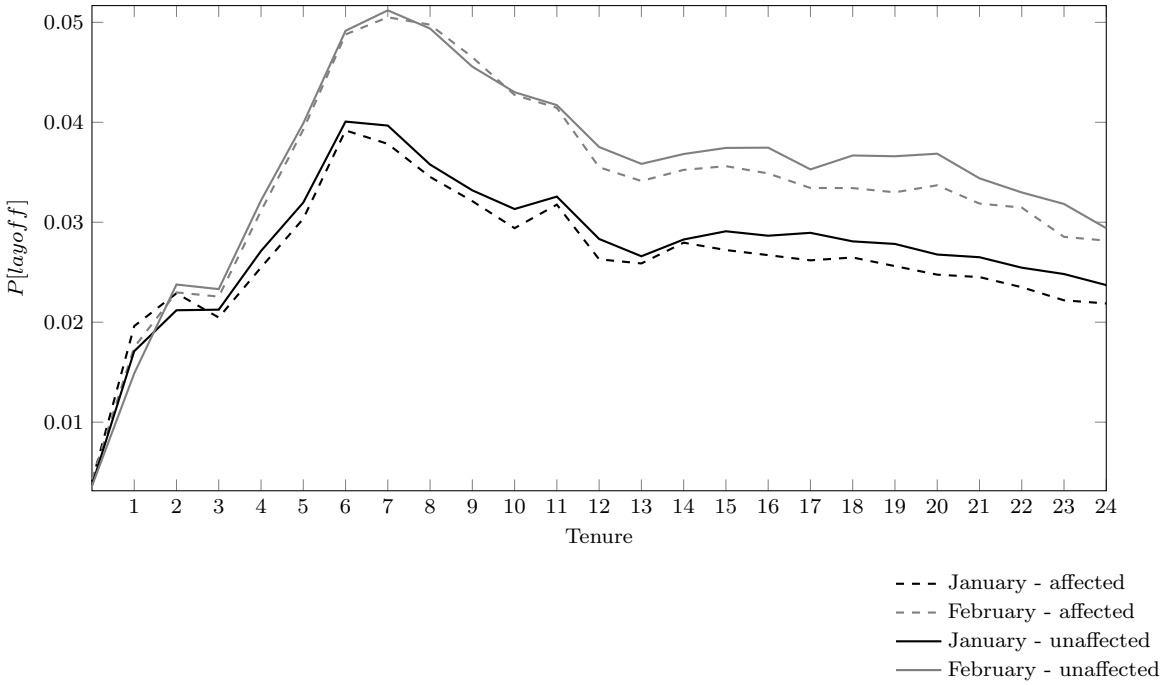
This figure illustrates eligibility criteria for UI benefits before and after the reform, for workers with different tenures who apply for UI benefits for the first time, the second time, and the third time or more. Red areas indicate tenure not satisfying eligibility criteria, green areas indicate tenure satisfying eligibility criteria.

Figure 2: **Repeated UI Eligibility**



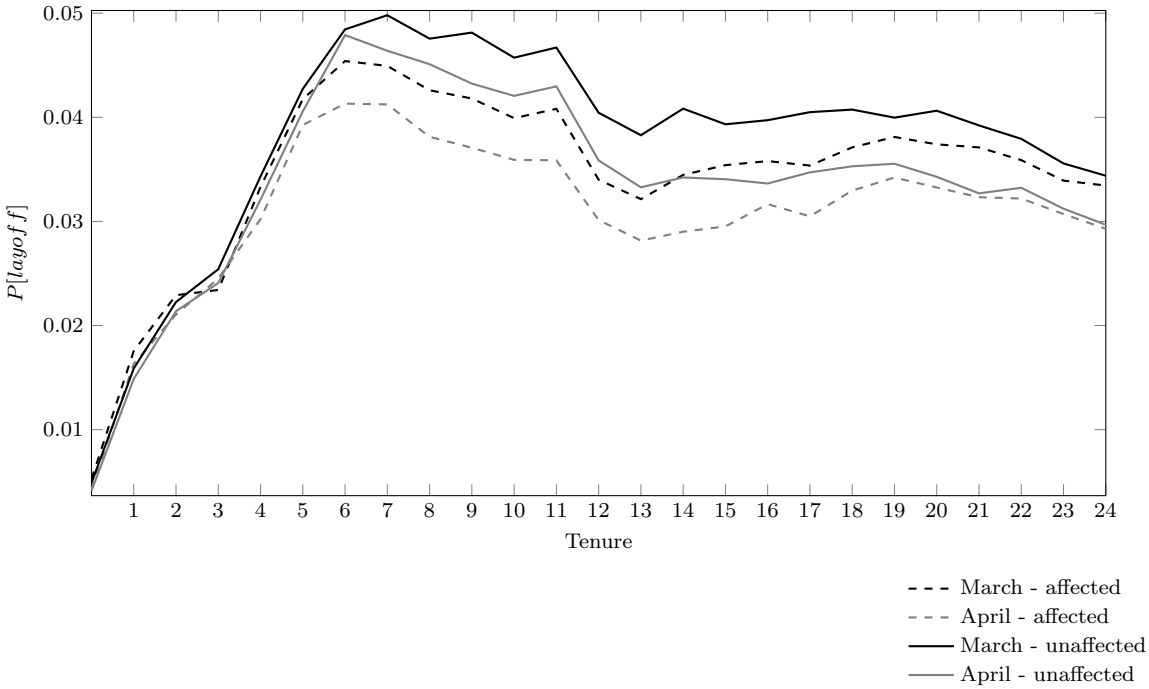
This figure plots examples of formal and informal employment spells under the pre-reform regime for firm-worker pairs engaging in repeated collusion. The top bar depicts workers' eligibility for UI benefits conditional on successful application for four months of UI benefits at time zero, where green bars indicate eligibility for UI benefits, and red lines indicate ineligibility for UI benefits. The second bar depicts informal (blue) and formal (orange) employment spells for a worker-pair maximizing formal employment spells while extracting rents from the UI system by employing the worker informally while she is eligible for benefits, the third bar depicts informal and formal employment spells for a firm-worker pair minimizing formal employment spells while extracting rents from the UI system by employing the worker informally while she is eligible for benefits.

Figure 3: **Unemployment Inflow by Tenure - Affected and Unaffected**



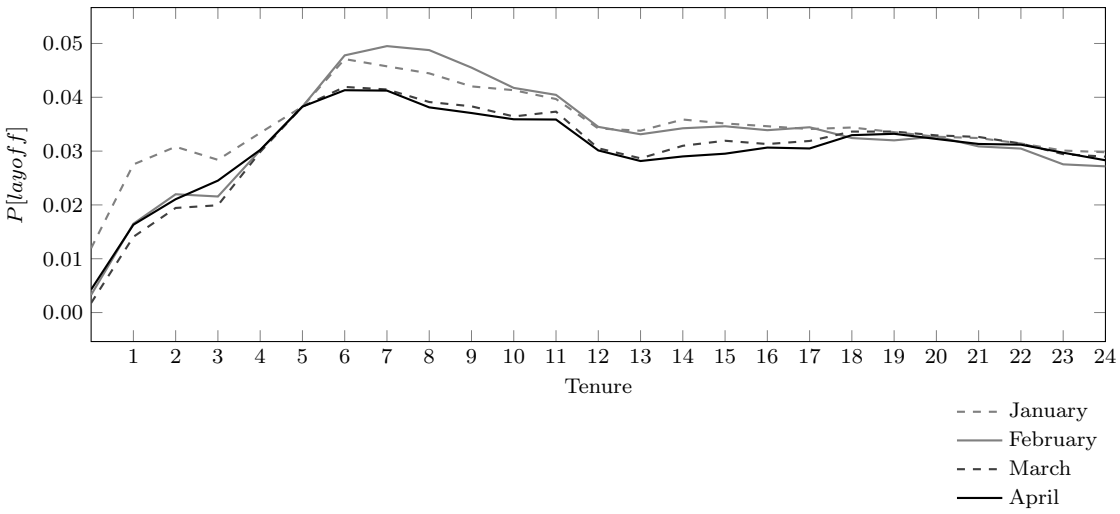
This figure depicts the probability of workers with different tenure to be laid off for workers affected by the reform (less than two UI spells in the past - dashed lines) and workers unaffected by the reform (at least two UI benefits spells in the past - solid lines) for the months from January and February 2015, separately.

Figure 4: **Unemployment Inflow by Tenure - Affected and Unaffected**



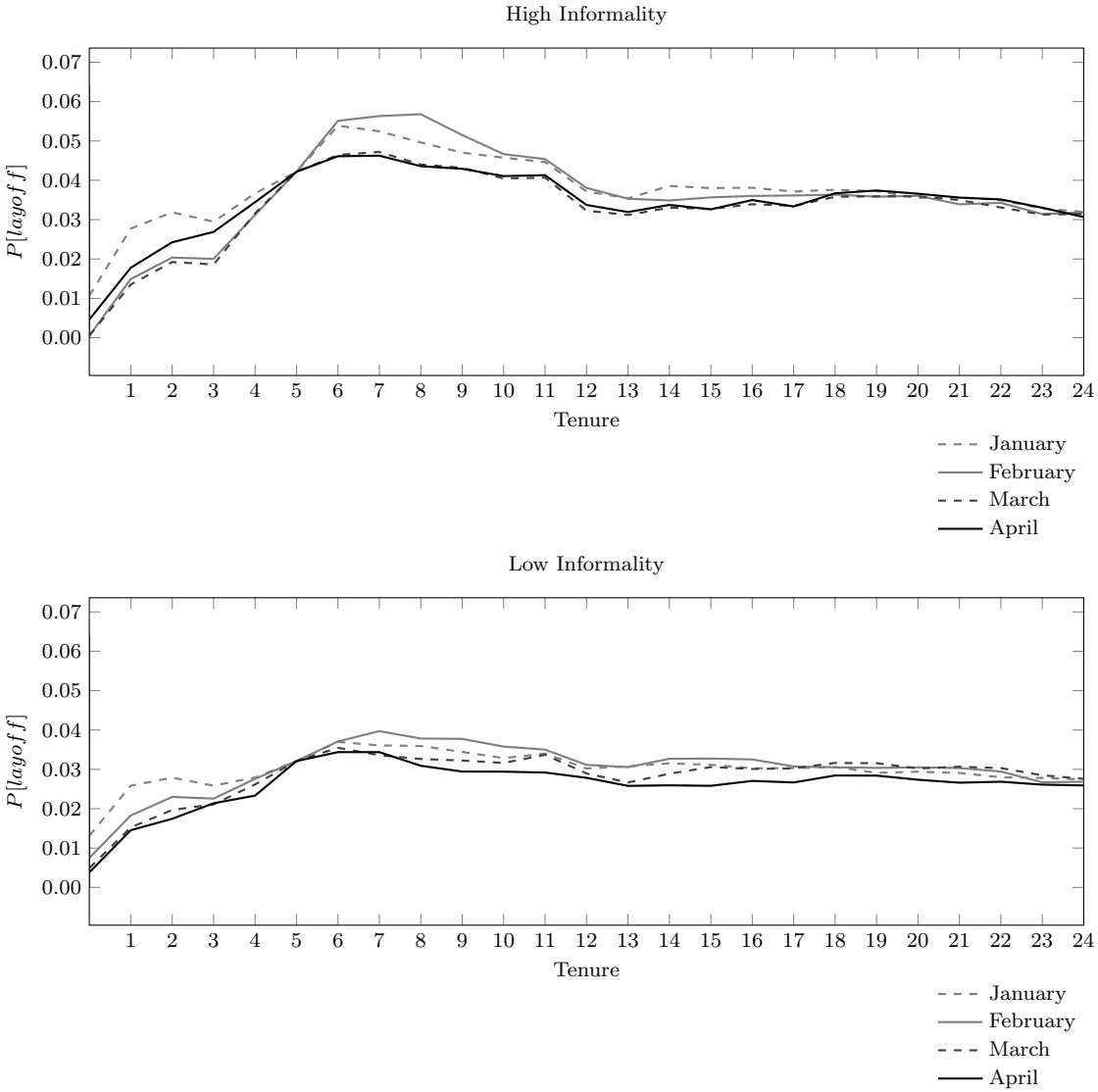
This figure depicts the probability of workers with different tenure to be laid off for workers affected by the reform (less than two UI spells in the past - dashed lines) and workers unaffected by the reform (at least two UI benefits spells in the past - solid lines) for the months from March and April 2015, separately.

Figure 5: **Unemployment Inflow by Tenure**



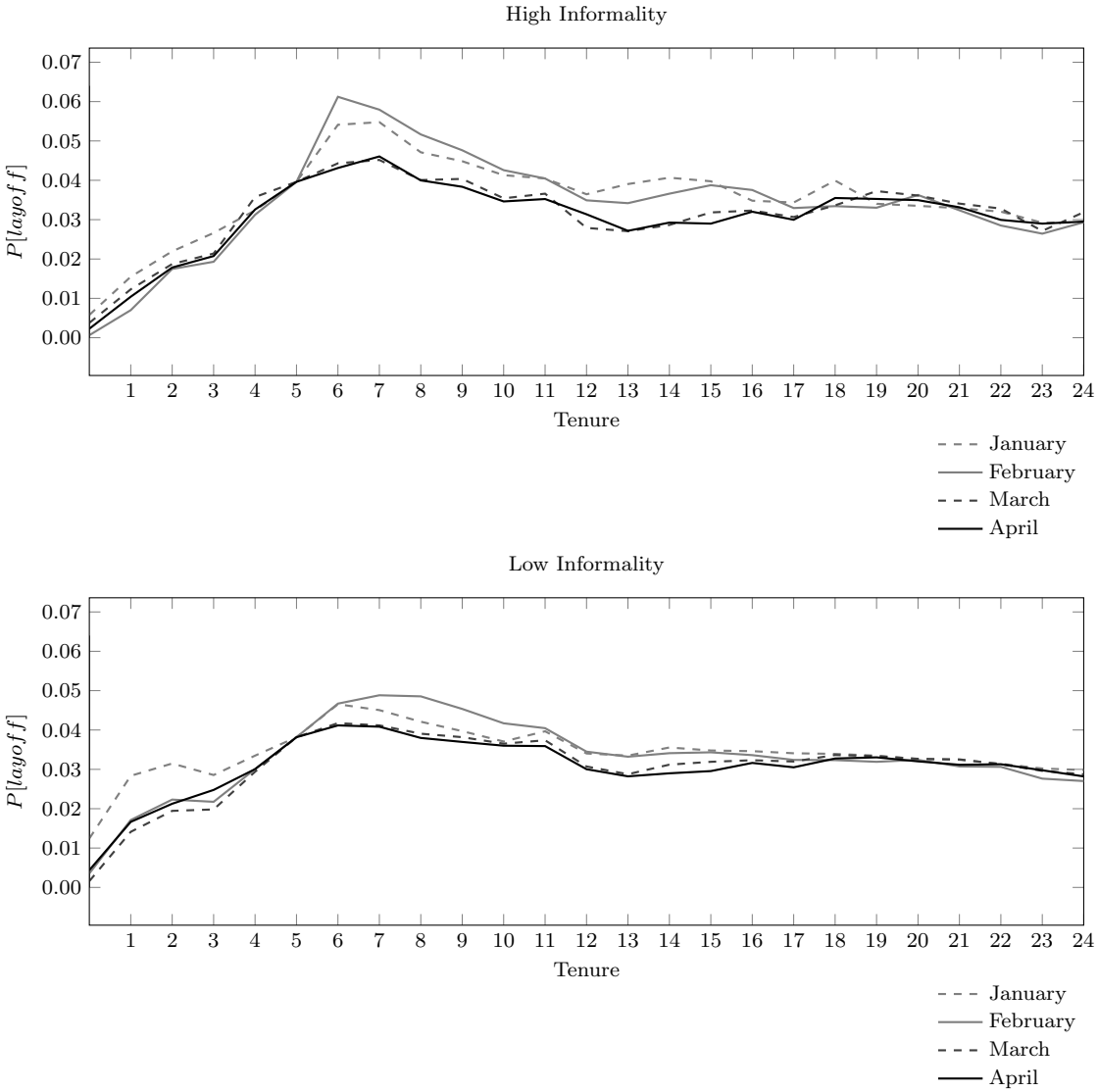
This figure depicts the probability of workers with different tenures being laid off for the months from January to April 2015, separately. To facilitate comparison, the plots are vertically aligned at the April probability of layoff for workers with a tenure of five months.

Figure 6: **Unemployment Inflow by Informality - Industry Level**



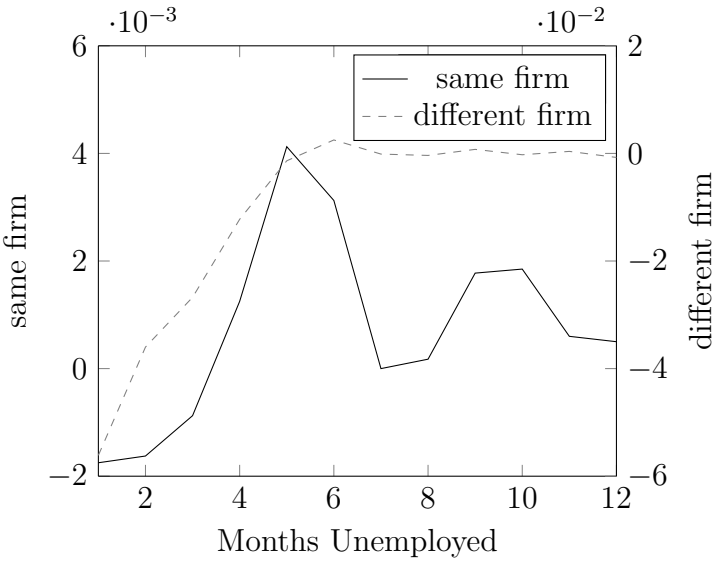
This figure depicts the probability of workers with different tenure being laid off for the months from January to April 2015, separately. To facilitate comparison the plots are aligned at the April probability of layoff for workers with a tenure of five months. The sample is restricted to workers in industries with above median levels of labor market informality in the top panel, and workers in industries with below median levels of labor market informality in the bottom panel.

Figure 7: **Unemployment Inflow by Informality - Municipality Level**



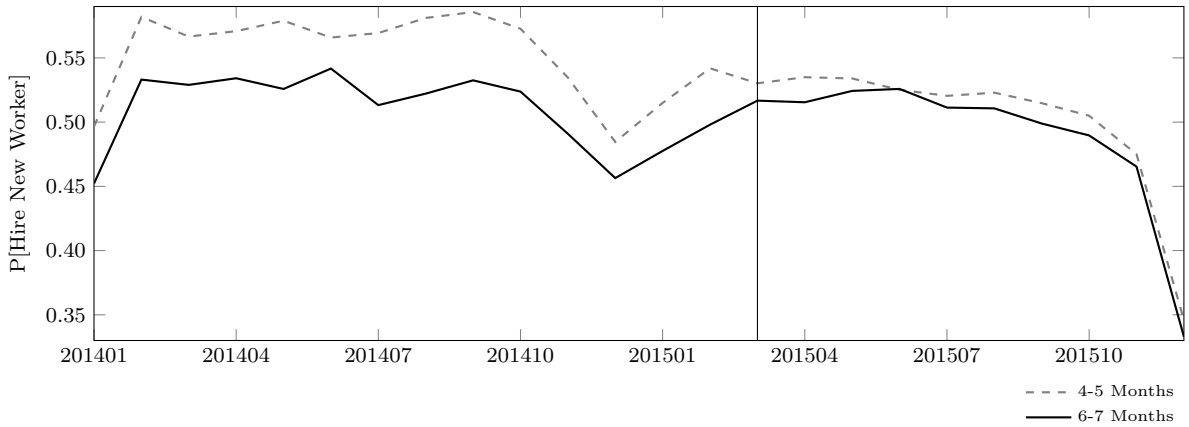
This figure depicts the probability of workers with different tenures being laid off for the months from January to April 2015, separately. To facilitate comparison the plots are aligned at the April probability of layoff for workers with a tenure of five months. The sample is restricted to workers in municipalities with above median levels of labor market informality in the top panel, and workers in municipalities with below median levels of labor market informality in the bottom panel.

Figure 8: **Unemployment Outflow by Tenure - Same vs. Different Firms**



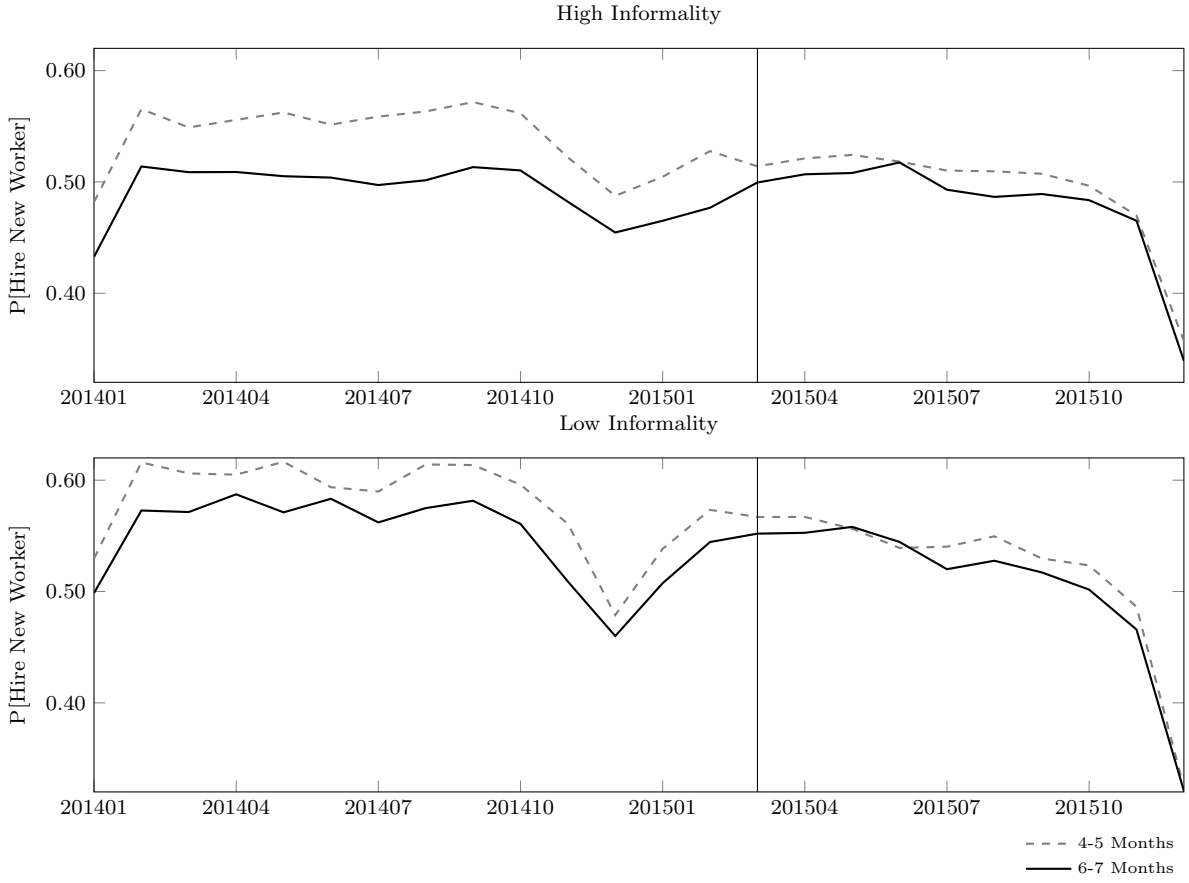
This figure depicts the difference in probability of reemployment for worker that were laid off with a tenure of six months and workers laid off with a tenure of five months for the year of 2013. The left y-axis depicts the difference in the proability to be employed by the same firm that laid off the worker, the right y-axis depict the difference in the probability to be hired by a different firm than the firm that laid off the worker. The x-axis depicts the number of months since layoff.

Figure 9: **Layoffs and Replacement Hires**



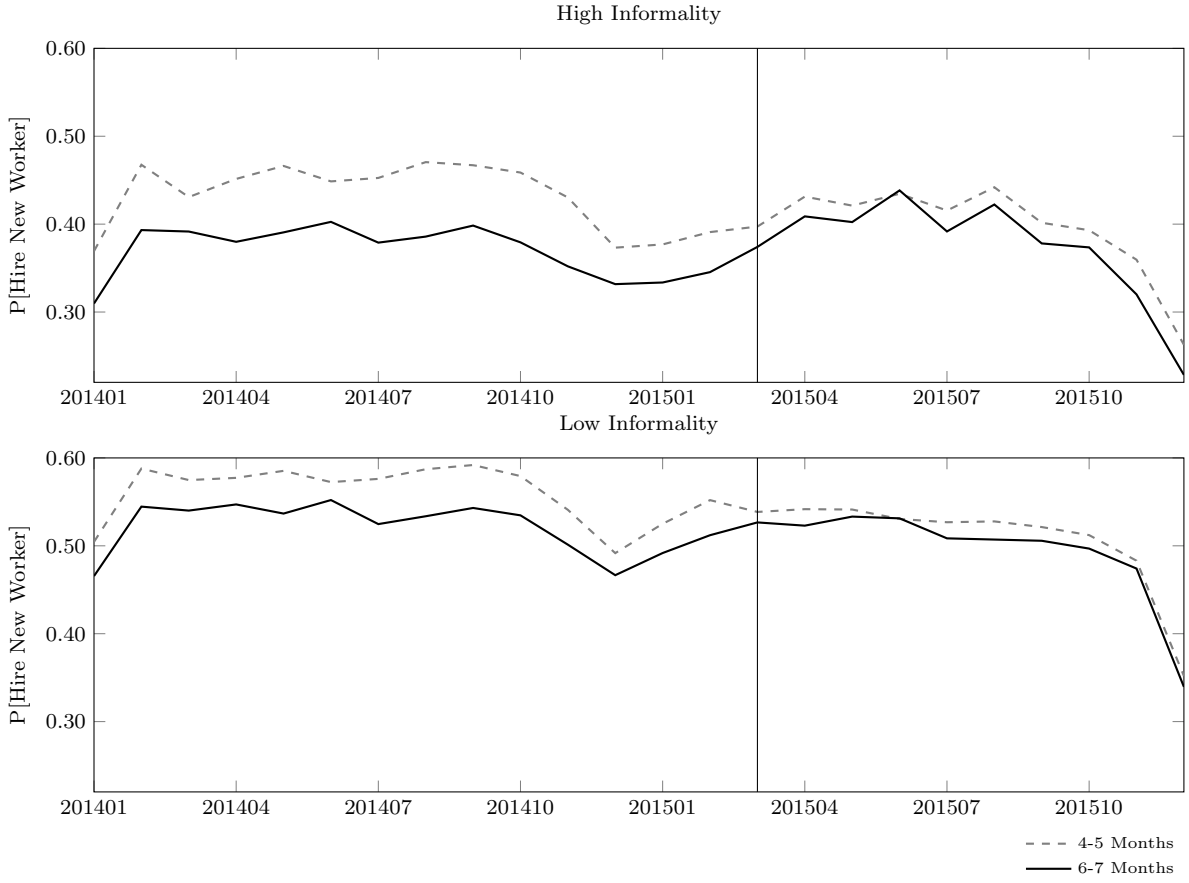
This figure depicts the probability of firms hiring a new worker within one month of laying off a worker with a tenure of four to five months (dashed line) and a worker with a tenure of six to seven months (solid line) from January 2014 to December 2015. The vertical line indicates the implementation of the UI reform in March 2015.

Figure 10: **Layoffs and Replacement Hires by Informality - Industry Level**



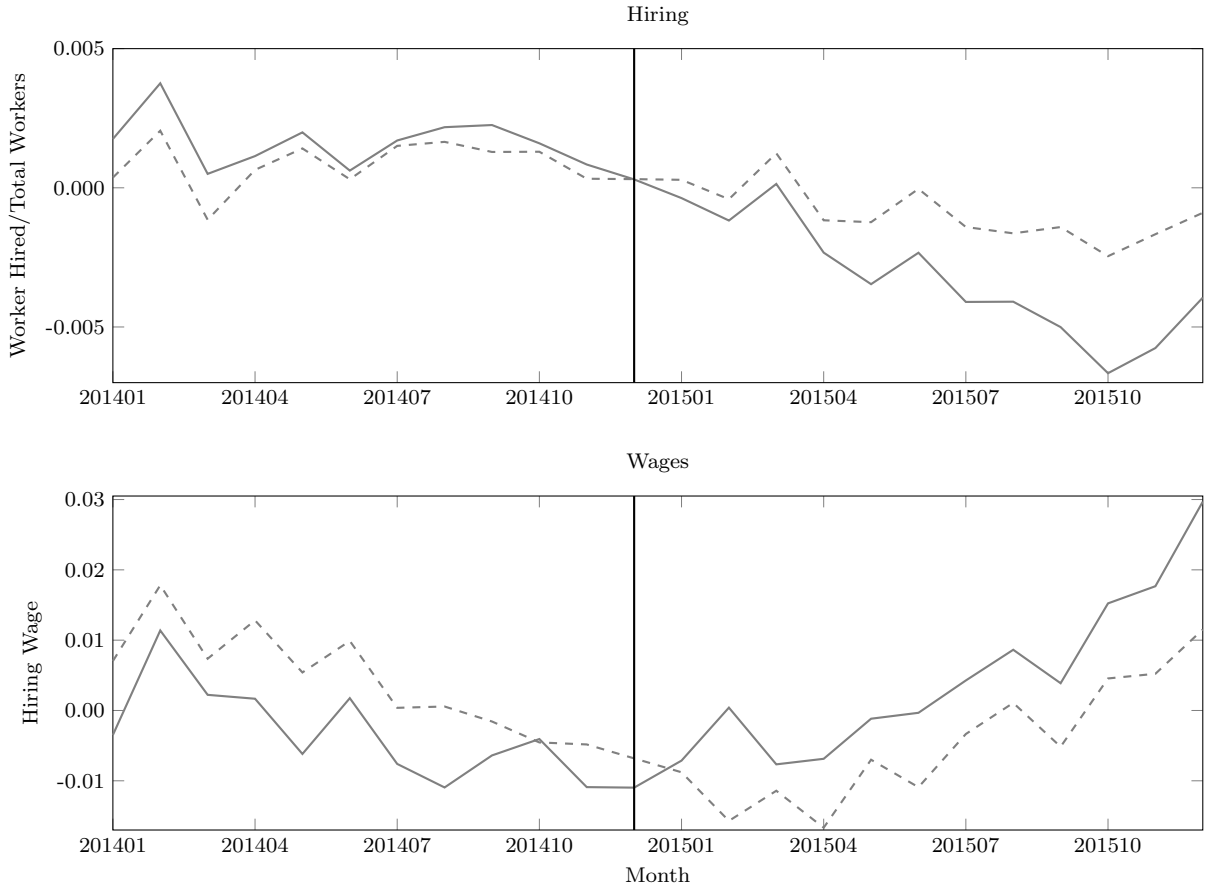
This figure depicts the probability of firms hiring a new worker within one month of laying off a worker with a tenure of four to five months (dashed line) and a worker with a tenure of six to seven months (solid line) from January 2014 to December 2015 for industries with above median levels of labor market informality (top panel) and industries with below median levels of labor market informality (bottom panel). The vertical line indicates the implementation of the UI reform in March 2015.

Figure 11: **Layoffs and Replacement Hires by Informality - Municipality Level**



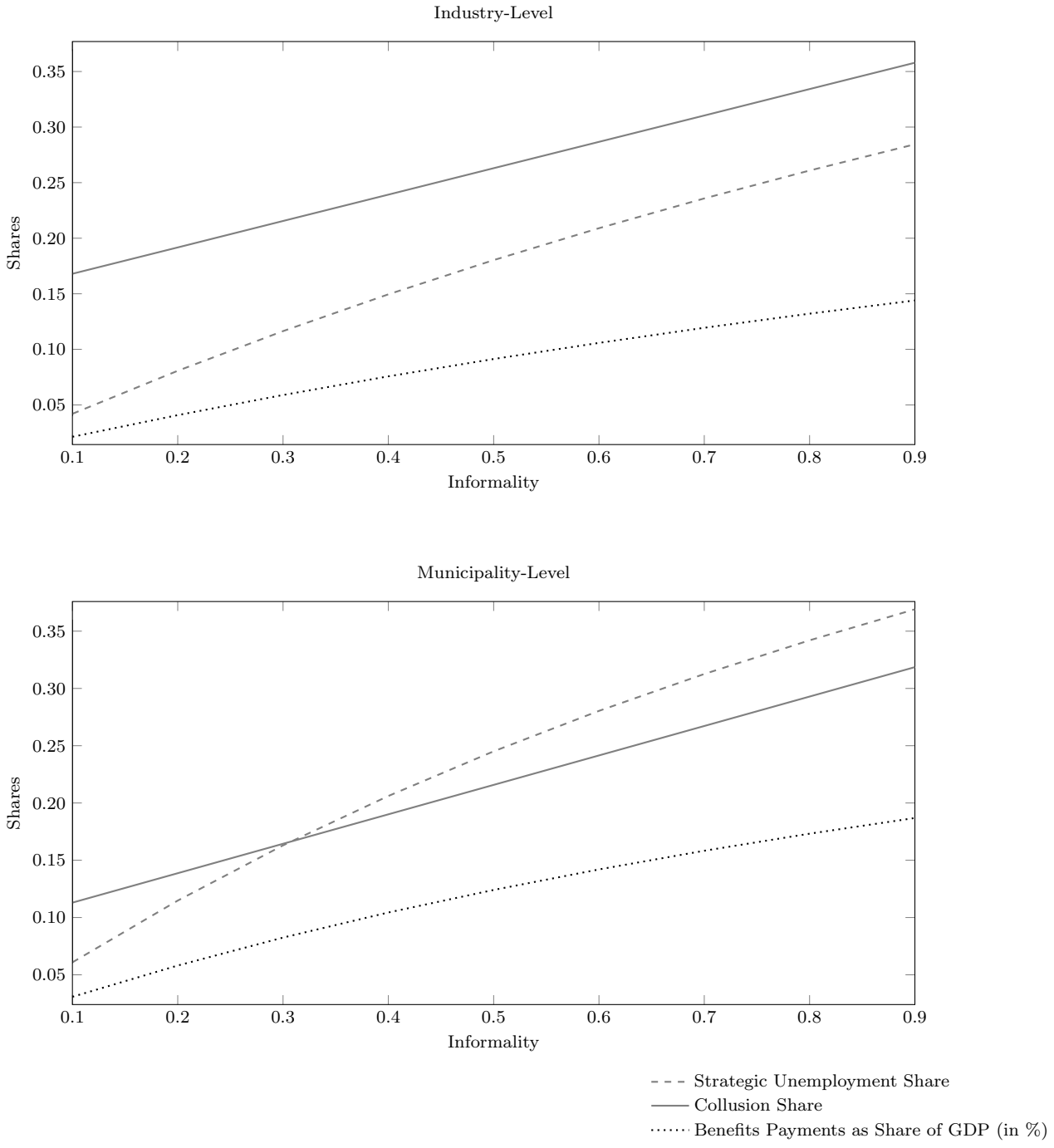
This figure depicts the probability of firms hiring a new worker within one month of laying off a worker with a tenure of four to five months (dashed line) and a worker with a tenure of six to seven months (solid line) from January 2014 to December 2015 for municipalities with above median levels of labor market informality (top panel) and municipalities with below median levels of labor market informality (bottom panel). The vertical line indicates the implementation of the UI reform in March 2015.

Figure 12: **Formal Hiring and Wages**



This figure depicts time-series changes in formal hiring and wages around the announcement of the UI benefits reform from January 2014 to December 2015. The unit of observation is at the average across all industry-municipality level observations in a given month for workers with less than two successful past UI applications (solid lines) and workers with two or more successful past applications. In the top panel, the y-axis reports the share of workers hired relative to the total number of workers, in the bottom panel, the y-axis reports the log of the average wage of hired workers. The plots are adjusted for calendar month fixed effects and the average value of the y-axis variable over the full sample period for each group. The vertical line indicates the announcement of the UI reform in December 2014.

Figure 13: **Strategic Unemployment and Firm-Worker Collusion Shares by Informality**



This figure depicts the fraction of unemployment inflow due to eligibility for UI benefits (dashed lines), the fraction of the additional unemployment inflow driven by firm-worker collusion (solid lines), and the total amount of annual UI benefits payments due to strategic UI inflow as a fraction of GDP for different degrees of labor market informality.

Appendix A. Additional Figures and Tables

Table A.1: **Informality by Industry**

Industry	Informal Employment	Employment Share
Domestic Services	0.6617	0.0002
Agriculture, Livestock, Forestry, Fisheries, Aquaculture	0.5693	0.0546
Other Services	0.4788	0.0350
Arts, Culture, Sports, Recreation	0.4315	0.0075
Construction	0.4074	0.0796
Accommodation, Food	0.3155	0.0405
Real Estate	0.2850	0.0099
Trade, Repair of Motor Vehicles and Motorcycles	0.2562	0.1893
Water, Sewerage, Waste Management, Decontamination	0.2211	0.0067
Professional, Scientific, and Technical Activities	0.2144	0.0459
Transport, Storage, Postal Services	0.2012	0.0393
Education	0.1828	0.0402
Manufacturing	0.1547	0.1417
Human Health, Social Services	0.1542	0.0365
Information, Communication	0.1441	0.0387
Public Administration, Defense, Social Security	0.1422	0.1311
Extractive Industries	0.1408	0.0045
Administrative Activities and Complementary Services	0.1389	0.0821
Financial Activities and Related Insurance and Services	0.0903	0.0145
Electricity and Gas	0.0556	0.0020

This table lists the share of informal employment for all industries in the sample and the share of workers employed in the respective industries from the Census Brazil.

Table A.2: **Unemployment Inflow - Substitution**

Dep. Var.: $P[u_{other}]_{it}$	I	II	III	IV
$6Months_{it}$	-0.0075***	-0.0077***	-0.0073***	-0.0067***
	(0.0005)	(0.0004)	(0.0004)	(0.0003)
$6Months_{it} * Reform_t$	0.0005	-0.0005	-0.0003	-0.0006
	(0.0009)	(0.0006)	(0.0005)	(0.0005)
Month FE	yes	-	-	-
Month*Municipality FE	no	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	8,532,451	8,532,451	8,532,451	8,532,451
R^2	0.000	0.022	0.047	0.110

This table reports changes in voluntary unemployment inflow around the enactment of the UI reform from January to April 2015. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months in a given month. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i quits her job in month t, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months, and zero for workers with tenure of four or five months. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015, and zero for the pre-reform period from January to February 2015. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. *** denotes statistical significance at the 1% level.

Table A.3: **Unemployment Inflow - Seasonality**

Dep. Var.: $P[layoff]_{it}$	I	II	III	IV
$6Months_{it}$	0.0130***	0.0125***	0.0124***	0.0126***
	(0.0007)	(0.0006)	(0.0005)	(0.0005)
$6Months_{it} * 2015_t$	-0.0001	-0.0001	-0.0001	-0.0003
	(0.0004)	(0.0004)	(0.0003)	(0.0003)
$6Months_{it} * Reform_t$	0.0003	0.0004	0.0006*	0.0007**
	(0.0006)	(0.0004)	(0.0003)	(0.0003)
$6Months_{it} * 2015_t * Reform_t$	-0.0055***	-0.0058***	-0.0058***	-0.0056***
	(0.0009)	(0.0007)	(0.0006)	(0.0006)
Month FE	yes	-	-	-
Month*Municipality FE	no	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	- -
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	17,580,342	17,580,342	17,580,342	17,580,342
R^2	0.001	0.017	0.052	0.125

This table compares changes in unemployment inflow around the enactment of the UI benefits reform from January to April 2015 against the period from January to April 2014. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months in a given month. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is laid off in month t and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months, and zero for workers with tenure of four or five months. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for March and April, and zero for January and February. The dummy variable 2015_t takes the value of one for the year 2015, and zero for the year 2014. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. *** denotes statistical significance at the 1% level.

Table A.4: **Unemployment Inflow - Unaffected Workers**

Dep. Var.: $P[layoff]_{it}$	I	II	III	IV
$6Months_{it}$	0.0122***	0.0107***	0.0098***	0.0094***
	(0.0011)	(0.0007)	(0.0006)	(0.0006)
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0010	-0.0016	-0.0014	-0.0012
	(0.0017)	(0.0011)	(0.0009)	(0.0010)
Month FE	yes	-	-	-
Month*Municipality FE	no	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	1,919,863	1,919,863	1,919,863	1,919,863
R^2	0.001	0.042	0.099	0.209

This table reports changes in unemployment inflow around the enactment of the UI reform from January to April 2015, for workers having received UI benefits at least twice in the past. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months in a given month. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is laid off in month t and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months, and zero for workers with tenure of four or five months. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015 and zero for the pre-reform period from January to February 2015. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. *** denotes statistical significance at the 1% level.

Table A.5: **Unemployment Inflow - Excluding Five Months Tenure Workers**

Dep. Var.: $P[layoff]_{it}$	I	II	III	IV
$6Months_{it}$	0.0161***	0.0156***	0.0154***	0.0155***
	(0.0008)	(0.0007)	(0.0006)	(0.0007)
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0039***	-0.0042***	-0.0044***	-0.0041***
	(0.0008)	(0.0007)	(0.0006)	(0.0006)
Month FE	yes	-	-	-
Month*Municipality FE	no	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	6,292,433	6,292,433	6,292,433	6,292,433
R^2	0.002	0.019	0.060	0.145

This table reports changes in unemployment inflow around the announcement of the UI reform. The sample is limited to workers with tenure of four, six, or seven months in a given month. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is laid off in month t, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months, and zero for workers with tenure of four months. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015 and zero for the pre-announcement period from January to February 2015. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. *** denotes statistical significance at the 1% level.

Table A.6: **Unemployment Inflow - Announcement Effects**

Dep. Var.: $P[layoff]_{it}$	I	II	III	IV
$6Months_{it}$	0.0130***	0.0126***	0.0129***	0.0129***
	(0.0007)	(0.0007)	(0.0006)	(0.0006)
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0053***	-0.0055***	-0.0059***	-0.0055***
	(0.0009)	(0.0007)	(0.0007)	(0.0006)
Month FE	yes	-	-	-
Month*Municipality FE	no	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	8,729,104	8,729,104	8,729,104	8,729,104
R^2	0.001	0.018	0.065	0.143

This table reports changes in unemployment inflow around the announcement of the UI reform. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months in a given month. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is laid off in month t, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months, and zero for workers with tenure of four or five months. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015 and zero for the pre-announcement period from November to December 2014. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. *** denotes statistical significance at the 1% level.

Table A.7: **Same-Firm Rehiring - Seasonality**

Dep. Var.: $P_{same}[4-10]_{it}$	I	II	III
$6Months_{it}$	0.0170***	0.0151***	0.0149***
	(0.0019)	(0.0019)	(0.0021)
$6Months_{it} * 2015_t$	0.0027	0.0028	0.0023
	(0.0019)	(0.0019)	(0.0021)
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0039*	-0.0016	-0.0015
	(0.0021)	(0.0020)	(0.0023)
$6Months_{it} * 2015_t * Reform_t$	-0.0121***	-0.0129***	-0.0130***
	(0.0027)	(0.0028)	(0.0032)
Month*Municipality FE	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	yes	- -
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni
Observations	514,204	514,204	514,204
R^2	0.194	0.311	0.458

This table compares changes in reemployment of workers by the same firm after the end of their UI benefit eligibility around the enactment of the UI reform from January to April 2015 against the period from January to April 2014. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months at layoff who are rehired within ten months. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is formally reemployed by the same firm four to ten months after being laid off, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four or five months at layoff. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for March and April, and zero for January and February. The dummy variable 2015_t takes the value of one for the year 2015, and zero for the year 2014. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. ***, **, and * denote statistical significance at the 1%, 5%. and 10% levels, respectively.

Table A.8: **Same-Firm Rehiring - Unaffected Workers**

Dep. Var.: $P_{same}[4-10]_{it}$	I	II	III
$6Months_{it}$	0.0187***	0.0154***	0.0161***
	(0.0036)	(0.0034)	(0.0042)
$6Months_{it} * Reform_t$	-0.0053	-0.0018	-0.0034
	(0.0050)	(0.0049)	(0.0059)
Month*Municipality FE	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni
Observations	67,181	67,181	67,181
R^2	0.405	0.513	0.608

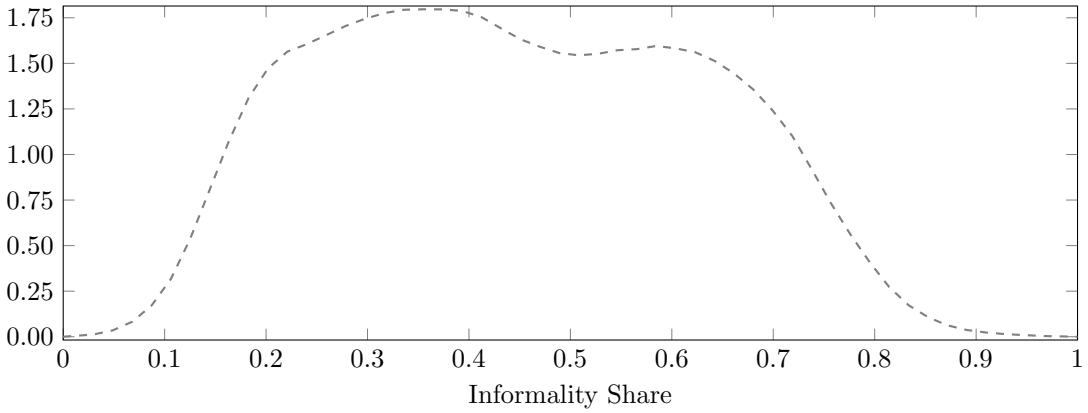
This table reports changes in reemployment of workers by the same firm after the end of their UI benefit eligibility around the enactment of the UI reform from January to April 2015, for workers having received UI benefits at least twice in the past. The sample is limited to workers with tenure of four to seven months at layoff who are rehired within ten months. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if worker i is formally reemployed by the same firm four to ten months after being laid off, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four or five months at layoff. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015 and zero for the pre-reform period from January to February 2015. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. *** denotes statistical significance at the 1% level.

Table A.9: **Replacement Hiring - Unaffected Workers**

Dep. Var.: $P[replacement\ hire]_{it}$	I	II	III	IV
$6Months_{it}$	-0.0266***	-0.0221***	-0.0203***	-0.0202***
	(0.0031)	(0.0031)	(0.0034)	(0.0043)
$6Months_{it} * Reform_t$	0.0073	0.0037	0.0019	0.0041
	(0.0044)	(0.0045)	(0.0048)	(0.0057)
Month FE	yes	-	-	-
Month*Municipality FE	no	yes	-	-
Month*Municipality*Industry FE	no	no	yes	-
Month*Municipality*Industry*Occupation FE	no	no	no	yes
Clustered SE	muni	muni	muni	muni
Observations	176,237	176,237	176,237	176,237
R^2	0.001	0.069	0.217	0.460

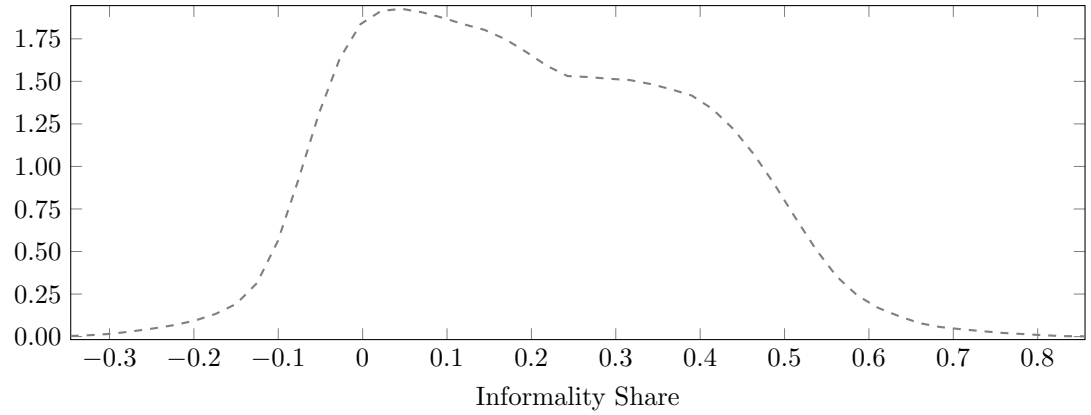
This table reports changes in the hiring of a replacement worker within one month of the layoff of another worker by the same firm around the enactment of the UI reform from January to April 2015 for workers who receive UI benefits at least twice in the past. The dependent variable is a dummy variable that takes the value of one if the same firm hires a new worker within one month of laying off worker i, and zero otherwise. The dummy variable $6Months_{it}$ takes the value of one for workers with tenure of six or seven months at layoff, and zero for workers with tenure of four or five months at layoff. The dummy variable $Reform_t$ takes the value of one for the post-reform period from March to April 2015 and zero for the pre-reform period from January to February 2015. Standard errors are reported in parentheses. The bottom part of the table reports information on fixed effects and the clustering of standard errors. ***, and ** denote statistical significance at the 1%, and the 5% levels, respectively.

Figure A.1: **Distribution of Labor Market Informality across Municipalities**



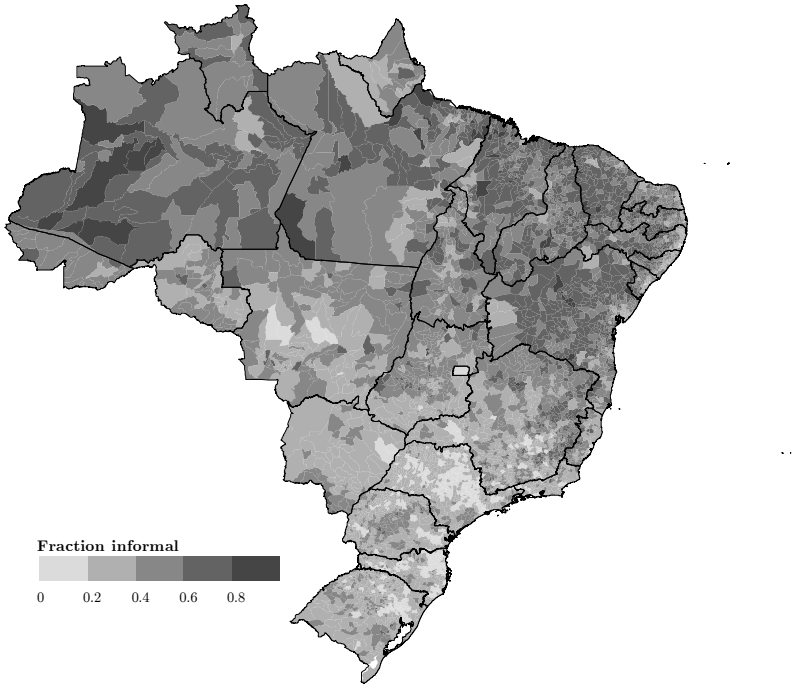
This figure depicts the distribution of the share of informal in total workers across all municipalities in Brazil from the Census Brazil.

Figure A.2: **Distribution of Labor Market Informality across Municipalities - Industry Control**



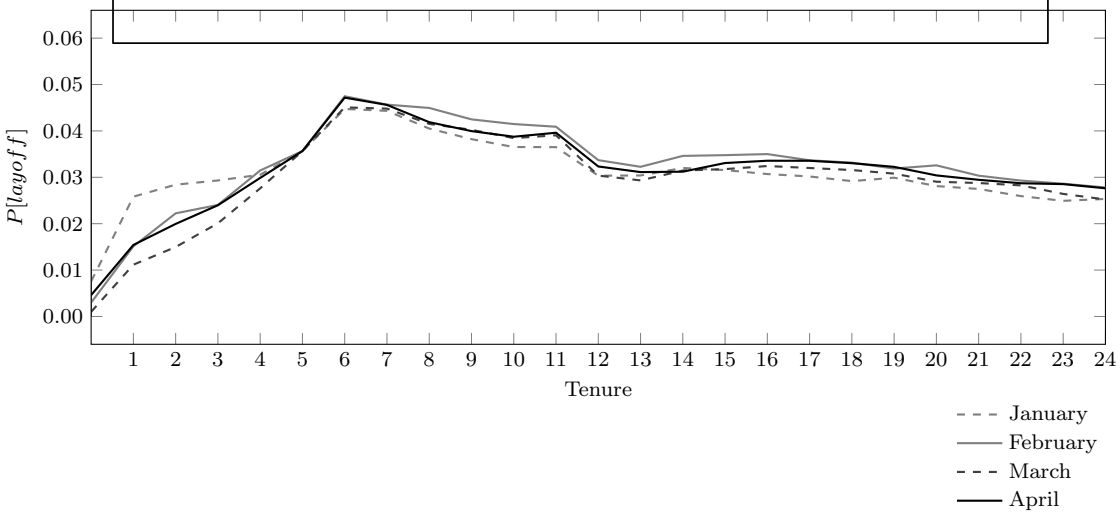
This figure depicts the distribution of difference in the share of informal in total workers and the same share as predicted from the industry composition of the respective municipality across all municipalities in Brazil.

Figure A.3: **Labor Market Informality by Municipality**



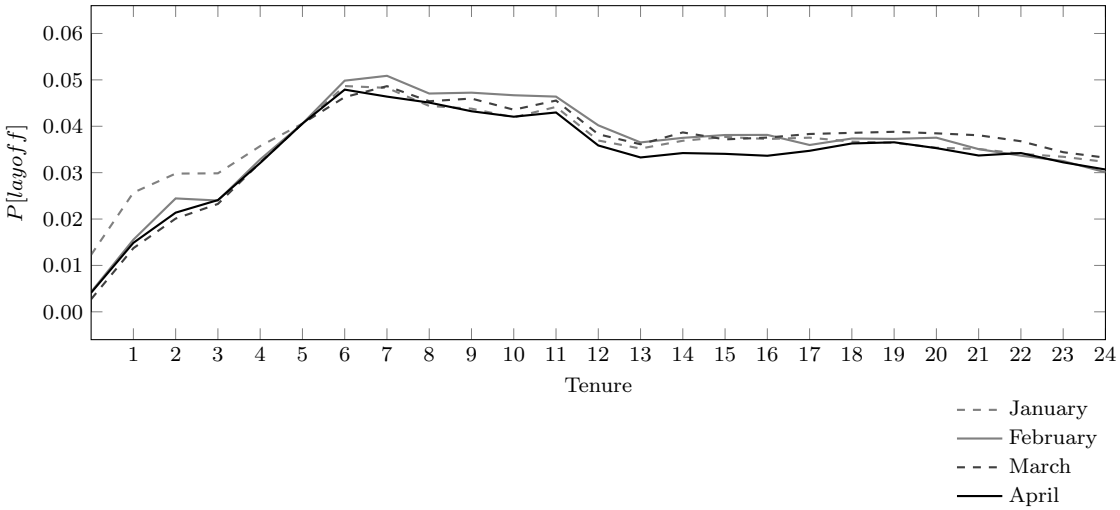
This figure depicts the share of informal in total workers for all municipalities in Brazil from the Census Brazil.

Figure A.4: **Unemployment Inflow by Tenure - Previous Year**



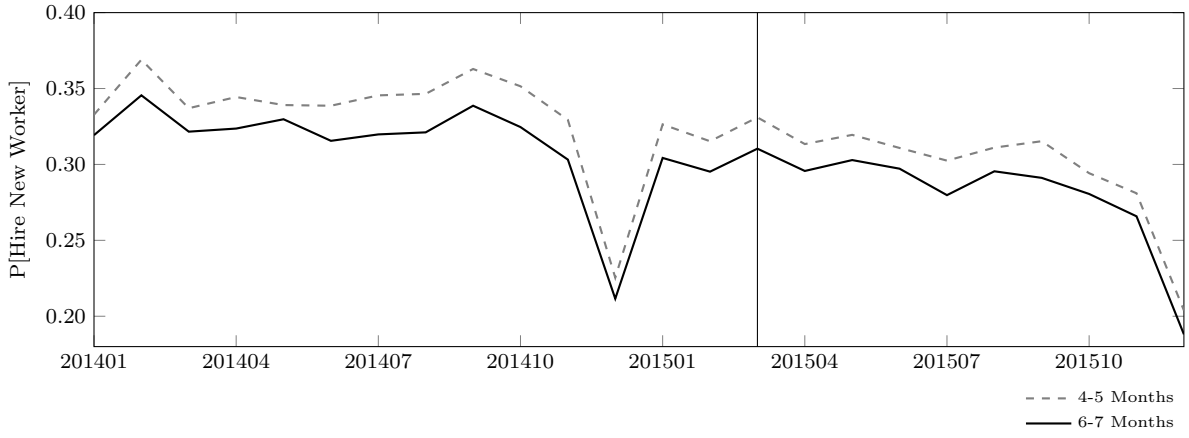
This figure depicts the probability of workers with different tenures being laid off for the months from January to April 2014, separately. To facilitate comparison, the plots are aligned at the April probability of layoff for workers with a tenure of five months.

Figure A.5: **Unemployment Inflow by Tenure - Unaffected Workers**



This figure depicts the probability of workers who received UI benefits at least twice in the past with different tenures being laid off for the months from January to April 2015, separately. To facilitate comparison, the plots are aligned at the April probability of layoff for workers with a tenure of five months.

Figure A.6: **Layoffs and Replacement Hires - Unaffected Workers**



This figure depicts the probability of firms hiring a new worker within one month of laying off a worker with a tenure of four to five months (dashed line) and a worker with a tenure of six to seven months (solid line) from January 2014 to December 2015 for workers who received UI benefits at least twice in the past. The vertical line indicates the implementation of the UI reform in March 2015.